

MAPA DA VIOLÊNCIA 2016

HOMICÍDIOS POR ARMAS
DE FOGO NO BRASIL

Julio Jacobo Waiselfisz



FLACSO
BRASIL

MAPA DA VIOLÊNCIA 2016.

HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO NO BRASIL.

Julio Jacobo Waiselfisz

Créditos:

Autor: Julio Jacobo Waiselfisz

Assistente: Silvia Andrade Magnata da Fonte

Coordenação Web: Juliana Pisaneschi

Revisão: Margareth Doher (Flacso)

Sumário

1. Introdução	8
2. Notas técnicas	11
3. Evolução dos homicídios por armas de fogo: 1980-2014	15
4. Homicídios por armas de fogo nas UFs	23
5. Homicídios por armas de fogo nas capitais	30
6. Homicídios por armas de fogo nos municípios	40
7. Sexo das vítimas	47
8. Idade das vítimas	49
9. A cor das vítimas	54
10. Estatísticas internacionais	61
11. Vidas poupadas	65
12. Considerações finais	68
Referências bibliográficas	74

1. Introdução

Este é o quinto estudo que elaboramos focando o tema da letalidade das armas de fogo. Tema antigo e discussão antiga.

No ano de 2005, no marco dos intensos debates originados pela promulgação do Estatuto do Desarmamento e pelo referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições (art. 35 do Estatuto do Desarmamento), realizado em 23 de outubro de 2005, elaboramos e divulgamos, pela UNESCO, duas pesquisas focando o tema da virulência das armas de fogo no Brasil, atendendo a demandas do Ministério da Justiça.

A primeira publicação, divulgada em junho de 2005, foi um estudo que analisou o impacto histórico das armas na mortalidade do País, de 1980 até 2003¹, ano da promulgação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003). Nesse estudo, concluíamos que:

nos últimos anos, muito se tem discutido e argumentado, a favor ou contra, do desarmamento da população. Mas em toda essa discussão, o que é incontestável é a nua e crua frialdade dos números. Entre 1979, ano em que se inicia a divulgação dos dados do Subsistema de Informações de Mortalidade, até 2003, último ano disponível, morreram no Brasil acima de 550 mil pessoas vítimas de armas de fogo. Se essa cifra já representa uma quantidade assustadora, é ainda mais apavorante saber que 206 mil deles eram jovens [...].

Ficou evidente, nesse estudo, o progressivo, sistemático e ininterrupto incremento das taxas de homicídio por arma de fogo.

No mês de setembro desse mesmo ano, divulgamos um segundo trabalho², que articulou equipes de pesquisa da UNESCO e dos Ministérios da Justiça e da Saúde. Destinava-se a ponderar o impacto do Estatuto no seu primeiro ano de vigência³ em relação aos preocupantes níveis de homicídio imperantes no País até sua promulgação, que tinham sido analisados no primeiro estudo. Com essa segunda análise, pretendia-se:

aprofundar o entendimento dos resultados e do impacto do Estatuto do Desarmamento e da posterior campanha de entrega voluntária de armas de fogo acontecida no Brasil em 2004. Para avaliar o impacto

¹ Waiselfisz, J.J. *Mortes matadas por armas de fogo: 1979/2003*. Brasília, UNESCO, 2005.

² *Vidas Pougadas*. Brasília. UNESCO, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde. Setembro de 2005.

³ Em realidade, a vigência foi parcial, dado que o Estatuto só foi regulamentado em junho de 2004.

do desarmamento foi utilizado um modelo de análise conhecido como Experimento de Séries Temporais, utilizando como elemento de previsão [...] a tendência semestral de óbitos por armas de fogo, acontecidos entre os anos de 1999 e 2003. A diferença percentual entre o número de mortes por armas de fogo previsto e o efetivamente acontecido em 2004 foi considerada como o índice de impacto, positivo ou negativo, do desarmamento nas mortes por armas de fogo. A diferença entre o número de mortes previstas e as efetivamente acontecidas foi denominada vidas poupadas, indicativo do número de mortes que o desarmamento evitou ou incentivou em cada UF.

Dentre as várias conclusões desse estudo, devemos destacar a que estabelece que:

a estratégia do desarmamento, em seu primeiro ano de vigência, não só anulou a tendência de crescimento anual de 7,2% pré-existente, mas também originou uma forte queda de 8,2% no número de óbitos registrados em 2003, e devido a isso, é possível sustentar que o impacto do desarmamento foi uma queda de 15,4% no número de mortes por armas de fogo no País.

Em 2013, diante do recrudescimento das discussões em torno do desarmamento e das diversas propostas de reformulação que estavam sendo colocadas, faríamos um novo estudo⁴, agora com o apoio da Flacso Brasil e do Cebela⁵. Com perspectiva temporal ampliada, já tínhamos sete anos de vigência do Estatuto, poderíamos analisar melhor os resultados das políticas de controle das armas. Os dados disponíveis possibilitaram indicar que essas políticas, se conseguiram soffrear a tendência do crescimento acelerado da mortalidade por armas de fogo imperante no Brasil até 2004, não foram suficientes para reverter o processo e fazer as taxas regredirem. Faltaria ainda uma série de reformas necessárias, cuja protelação estabelecia limites intransponíveis às políticas do desarmamento, como a reforma do Código Penal, das instituições policiais, do sistema prisional, o enfrentamento da impunidade vigente e das transgressões institucionais de diversos organismos encarregados de fazer cumprir as leis.

Nos anos 2014 e 2015 continuaram as discussões e questionamentos sobre o controle das armas. Assim, assumimos a tarefa de tentar atualizar os dados e as análises existentes nos estudos anteriores.

Atualmente, com o recrudescimento dessas discussões, consideramos necessário ampliar temporalmente as análises realizadas, incorporando os dados dos últimos anos. Vamos utilizar, ao longo desta atualização, muitas informações e análises expostas anteriormente, já que consideramos que não perderam sua validade e podem

⁴ Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência 2013: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2013.

⁵ Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) – Sede Acadêmica Brasil e Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos (Cebela).

contribuir para dimensionar melhor o significado das alternativas atualmente em discussão. Mas, ao estarem em jogo vidas humanas, deveríamos ser extremamente cuidadosos e, diante de qualquer dúvida, por menor que seja, atuar no sentido de preservá-las. Essa é nossa intenção ao elaborar este relatório.

2. Notas técnicas

A questão das armas de fogo (AF), sua origem, comercialização, circulação, uso e posse vêm recebendo crescente atenção na mídia e na produção intelectual do País. Contamos com um certo número de estudos que tentam quantificar ou qualificar esse fenômeno, ainda assim as carências na área são enormes. As estatísticas existentes sobre o tema são consideradas incompletas e pouco confiáveis por especialistas das áreas de criminalidade e segurança pública. Não há sequer um balanço formal do número de armas existentes no País, temos apenas estimativas extraoficiais. Os grandes produtores de armas, amparando-se em princípios muito questionáveis relativos à segurança do País, fornecem escassas informações sobre suas transações nacionais ou internacionais. A Pesquisa de Armas Portáteis de 2015⁶, em seu anexo 4.1 que detalha a movimentação dos países exportadores de armas leves, indica nas observações que:

Brasil não relatou as exportações de foguetes e lançadores de granadas, etc., armas de fogo militares, revólveres e pistolas, peças e acessórios de revólveres e pistolas ou armas pequenas e munição para Comtrade da ONU (The United Nations Commodity Trade Statistics Database) para 2012. Assim, os valores dessas categorias (com base nos relatórios dos importadores) são provavelmente subestimados. (Note-se que vários outros países exportadores têm a mesma observação)

Situação diferente é a da mortalidade que essas armas originam. Contamos, nessa área, com uma fonte que apresenta um aceitável grau de fidedignidade, além de que possibilita comparações nacionais e internacionais por possuir elevado grau de sistematização e cobertura. Trata-se do Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), atualmente na Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), cujos dados são divulgados anualmente desde 1979. O SIM constitui a fonte básica dos dados trabalhados no presente estudo.

Pela legislação vigente no Brasil (Lei nº 6.015, de 31/12/1973, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30/06/1975), nenhum sepultamento pode ocorrer sem a Certidão de Óbito correspondente, registro que deve ser feito à vista de Declaração de Óbito (DO). No caso de morte por causas naturais, a DO é preenchida pelo profissional de saúde (médico) que fez atendimento à vítima ou, quando necessário, também pelo Serviço de Verificação de Óbitos (SVO). No caso de morte por

⁶ O *Small Arms Survey* é um centro pertencente ao Instituto Superior de Estudos Internacionais com sede na Suíça, apoiado por grande número de governos, principalmente da Europa, destinado a gerar informação para subsidiar políticas em matéria de armas leves e violência armada.

causas não naturais ou externas (suicídios, homicídios, acidentes, etc.), que constitui nosso foco, em localidades que contam com Instituto Médico Legal (IML) ou SVO, a DO deve ser preenchida, obrigatoriamente, por médico legista dessas instituições e, em localidades sem IML, por médico local na função de perito legista eventual, investido pela autoridade judicial ou policial.

A DO normalmente fornece dados de idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência da vítima. Determinam as normas que o registro do óbito seja sempre feito “no lugar do falecimento”, isto é, onde aconteceu a morte, o que ocasiona algumas limitações e problemas, como no caso de vítimas levadas para tratamento em outros municípios ou Unidades da Federação (UFs) – o registro será realizado nesse segundo local.

Outra informação relevante para o nosso estudo, exigida pela legislação, é a causa da morte. Até 1995, tais causas eram classificadas pelo SIM segundo os capítulos da nona revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9), proposta e sistematizada em nível internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A partir daquela data, o Ministério da Saúde adotou a décima revisão (CID-10) da OMS.

Os aspectos de interesse para o presente estudo estão contidos no que a CID-10, em seu Capítulo XX, classifica como "causas externas de morbidade e mortalidade". Quando um óbito devido a causas externas (como acidentes, envenenamento, queimadura, afogamento, etc.) é registrado, descreve-se tanto a natureza da lesão quanto as circunstâncias e/ou instrumentos que a originaram. Dentre as causas de óbito estabelecidas pela CID-10 relacionadas com o uso de arma de fogo, utilizaremos em nosso estudo os seguintes títulos:

- W32 a W34: acidente – óbitos por traumatismos causados por disparo acidental de arma de fogo;
- X72 a X74: lesões autoprovocadas intencionalmente ou suicídios por AF;
- X93 a X95: agressões intencionais ou homicídios por AF;
- Y22 a Y24: intenção indeterminada – quando não foi possível determinar se a morte causada por ferida de bala foi acidente, suicídio ou homicídio.

Para as comparações internacionais, foram utilizadas as bases de dados de mortalidade da OMS⁷, sob cuja classificação opera também o nosso SIM, motivo pelo qual, ambas as séries são totalmente compatíveis, possibilitando essas comparações. Processando as bases de dados da OMS e de fontes locais, foi possível acessar quantitativos de mortalidade por armas de fogo de 100 países do mundo que utilizam a versão mais recente da Classificação (CID10), a qual permite desagregar as mortes por armas de fogo. Mas, como os países demoram a enviar suas atualizações, foram utilizados os últimos dados disponibilizados, que variam entre 2009 e 2013.

Não se pode negar que as informações do sistema de registro de óbitos ainda estão sujeitas a uma série de limitações e críticas, expostas pelo próprio Ministério da Saúde⁸ e também por diversos especialistas que trabalharam com essas bases (Mello Jorge⁹; Ramos de Souza et al.¹⁰).

A primeira grande limitação, assumida pelo próprio SIM, é o sub-registro, devido à ocorrência de inúmeros sepultamentos sem a devida certificação, determinando uma redução do número de óbitos declarados. Não só a quantidade, mas também a qualidade dos dados têm sofrido reparos: mortes sem assistência médica, impedindo o apontamento correto das causas e/ou lesões que levaram à morte; deficiências no preenchimento adequado da Certidão, etc. Apesar dessas limitações, existe amplo consenso em indicar, por um lado, a enorme importância desse sistema e, por outro, a necessidade de seu aprimoramento.

Outra limitação do Sistema decorre do fato de que o instrumento de coleta só registra o local de residência da vítima e o local e data do falecimento. Mas o local e a data do óbito, em muitos casos, não coincidem com os do incidente que originou os traumatismos causadores da morte.

Para o cálculo das taxas de mortalidade, foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), baseadas em estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

⁷ WHOSIS, World Mortality Databases.

⁸ SIM/DATASUS/MS. *O Sistema de Informações sobre Mortalidade*. S/I, 1995.

⁹ MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

¹⁰ RAMOS de SOUZA et. al. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. *INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Rio de Janeiro*, v. 2, n. 1, jan./jun, 1996.

- 1980, 1991, 2000 e 2010: IBGE - Censos Demográficos;
- 1996: IBGE - Contagem Populacional;
- 1981-1990, 1992-1999, 2001-2006: IBGE - Estimativas preliminares dos totais populacionais para os anos intercensitários, estratificadas por idade e sexo, pelo MS/SE/DATASUS;
- 2007-2009: IBGE - Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais;
- 2011-2012: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/DATASUS;
- 2013 e 2014 - modelos de expansão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE.

Essas estimativas e resultados censitários encontram-se disponíveis no *site* do DATASUS¹¹. Contudo, as estimativas intercensitárias oficiais não estão desprovidas de certa margem de erro, que aumenta em função da distância do último censo disponível.

Os dados da população para a estimativa das taxas internacionais foram obtidos, de acordo com sua disponibilidade, no já mencionado WHOSIS da OMS; ou no US Census Bureau, a Oficina de Censos e Estatísticas dos Estados Unidos; ou no UIS, Instituto de Estatísticas da UNESCO, que realizam estimativas da população dos diversos países do mundo.

Diante da inexistência de estimativas populacionais intercensitárias para o cálculo das taxas de mortalidade por raça/cor, elaboramos nossas próprias estimativas a partir dos modelos de expansão da PNAD, ajustadas por interpolação linear, a partir dos dados dos censos demográficos de 2000 e de 2010.

¹¹<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10>.

3. Evolução dos homicídios por armas de fogo: 1980-2014

Como indicamos no capítulo 2, não dispomos de informações sobre a quantidade de armas de fogo em circulação no Brasil. Segundo estimativas realizadas por Dreyfus e Nascimento¹², amplamente utilizadas como balizador sobre esse tema, o país contava com um vasto arsenal de armas de fogo em mãos da população:

- um total de 15,2 milhões em mãos privadas:
 - 6,8 milhões registradas;
 - 8,5 milhões não registradas;
 - dentre estas, 3,8 milhões em mãos criminosas.

A magnitude do arsenal guarda estreita correspondência com a mortalidade que essas armas originam. Os registros do SIM permitem verificar que, entre 1980 e 2014, morreram perto de 1 milhão de pessoas (967.851), vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo. Nesse período, as vítimas passam de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, o que representa um crescimento de 415,1%. Temos de considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 65%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona pela magnitude.

Essa eclosão das mortes foi alavancada, de forma quase exclusiva, pelos **Homicídios por Arma de Fogo (HAF)**, que cresceram 592,8%, setuplicando, em 2014, o volume de 1980; enquanto os suicídios com AF aumentaram 44,8%, menor que o crescimento populacional, e as mortes acidentais caíram 3,6%. Por último, as mortes por AF de causalidade indeterminada, isto é, sem especificação (não se sabe se foi suicídio, homicídio ou acidente), tiveram uma queda moderada de 20,4%. Como vemos pelos números, os homicídios representaram, ao longo do período analisado, 85,8% do total de mortes por armas de fogo. Mas uma grande parte da massa de mortes por AF de causalidade indeterminada deveria ser creditada na fileira dos homicídios. Por esse motivo, é possível afirmar que praticamente 95% da utilização letal das armas de fogo no Brasil tem como finalidade o extermínio intencional do próximo.

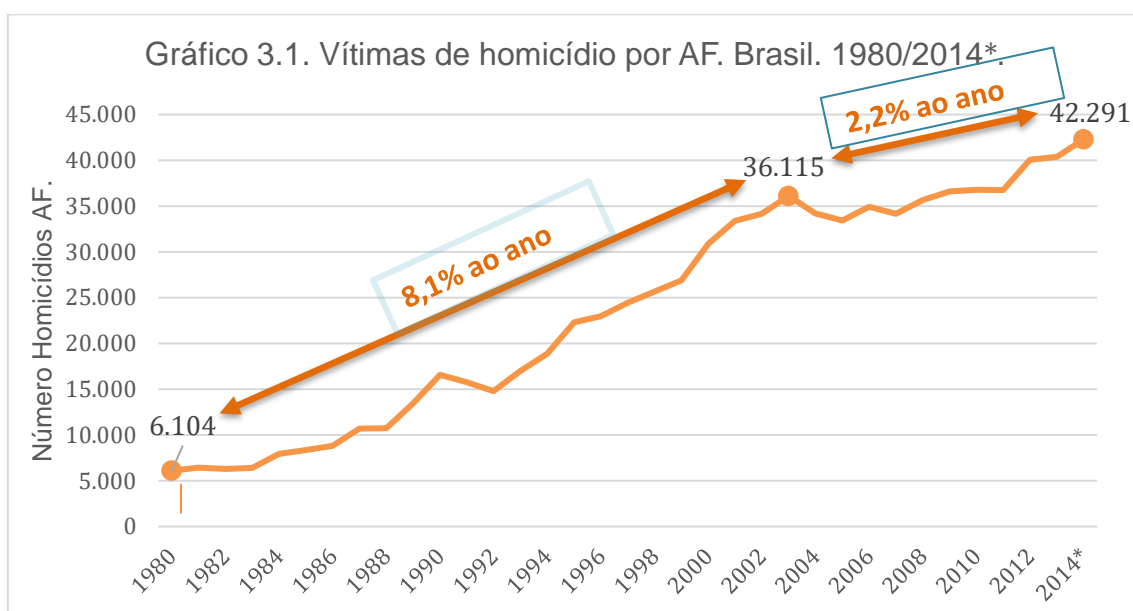
¹² DREYFUS, P; NASCIMENTO, M.S. Small Arms Holdings in Brazil: Toward a Comprehensive Mapping of Guns and Their Owners. FERNANDES, R. ed. *Brazil: The Arms and the Victims*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Viva Rio/ISER, 2005.

Tab 3.1. Número de vítimas fatais por armas de fogo na população total segundo causa básica. Brasil. 1980-2014

ANO	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterminado	Total arma de fogo
1980	386	660	6.104	1.560	8.710
1981	448	731	6.452	1.689	9.320
1982	467	657	6.313	1.608	9.045
1983	566	789	6.413	3.062	10.830
1984	515	766	7.947	3.350	12.578
1985	575	781	8.349	3.783	13.488
1986	669	788	8.803	4.609	14.869
1987	677	951	10.717	3.747	16.092
1988	586	827	10.735	4.978	17.126
1989	605	850	13.480	5.505	20.440
1990	658	989	16.588	2.379	20.614
1991	1.140	1.037	15.759	3.614	21.550
1992	859	1.085	14.785	4.357	21.086
1993	456	1.169	17.002	4.115	22.742
1994	353	1.321	18.889	3.755	24.318
1995	534	1.555	22.306	2.369	26.764
1996	270	1.543	22.976	1.692	26.481
1997	250	1.539	24.445	1.519	27.753
1998	371	1.407	25.674	2.759	30.211
1999	888	1.260	26.902	2.148	31.198
2000	329	1.330	30.865	2.461	34.985
2001	336	1.408	33.401	1.977	37.122
2002	318	1.366	34.160	2.135	37.979
2003	283	1.330	36.115	1.597	39.325
2004	201	1.247	34.187	1.478	37.113
2005	244	1.226	33.419	1.171	36.060
2006	404	1.138	34.921	897	37.360
2007	320	1.141	34.147	1.232	36.840
2008	353	1.123	35.676	1.506	38.658
2009	351	1.069	36.624	1.633	39.677
2010	352	969	36.792	779	38.892
2011	264	916	36.737	827	38.744
2012	284	989	40.077	1.066	42.416
2013	326	1.040	40.369	869	42.604
2014*	372	956	42.291	1.242	44.861
Total	16.010	37.953	830.420	83.468	967.851
%Total	1,7	3,9	85,8	8,6	100,0
Δ % 1980/2003	-26,7	101,5	491,7	2,4	351,5
Δ % 2003/2014*	31,4	-28,1	17,1	-22,2	14,1
Δ % 1980/2014*	-3,6	44,8	592,8	-20,4	415,1

Fonte: Processamento Mapa da Violência * 2014: Dados Preliminares

Centrando nosso foco nos homicídios, observamos que a evolução da letalidade das AF não foi homogênea ao longo do tempo. Entre 1980 e 2003, o crescimento dos HAF foi sistemático e constante, com um ritmo enormemente acelerado: 8,1% ao ano. A partir do pico de 36,1 mil mortes, em 2003, os números, num primeiro momento, caíram para aproximadamente 34 mil e, depois de 2008, ficam oscilando em torno das 36 mil mortes anuais, para acelerar novamente a partir de 2012. Assim, no último ano com dados disponíveis, temos um volume de 42,3 mil HAF. O Estatuto e a Campanha do Desarmamento, iniciados em 2004, constituem-se em um dos fatores determinantes na explicação dessa quebra de ritmo.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Esses dados indicam que as políticas de desarmamento, se conseguiram soffrear a tendência do crescimento acelerado da mortalidade por armas de fogo imperante no país, não foram constantes ao longo do tempo – sofreram interrupções, abandonos e retomadas – nem foram complementadas com outras estratégias e reformas necessárias para reverter o processo e fazer os números regredirem. Mas resultado evidente, pelos dados, que o ímpeto anterior da escalada homicida foi drasticamente abafado.

Apesar de ser frequentemente utilizada, tanto a favor quanto contra o Estatuto do Desarmamento, a leitura que utiliza o número de vítimas de HAF para sopesar as políticas de controle de armas de fogo, instauradas em 2004, não é totalmente correta, já que desconsidera que nesse período a população do país também cresceu.

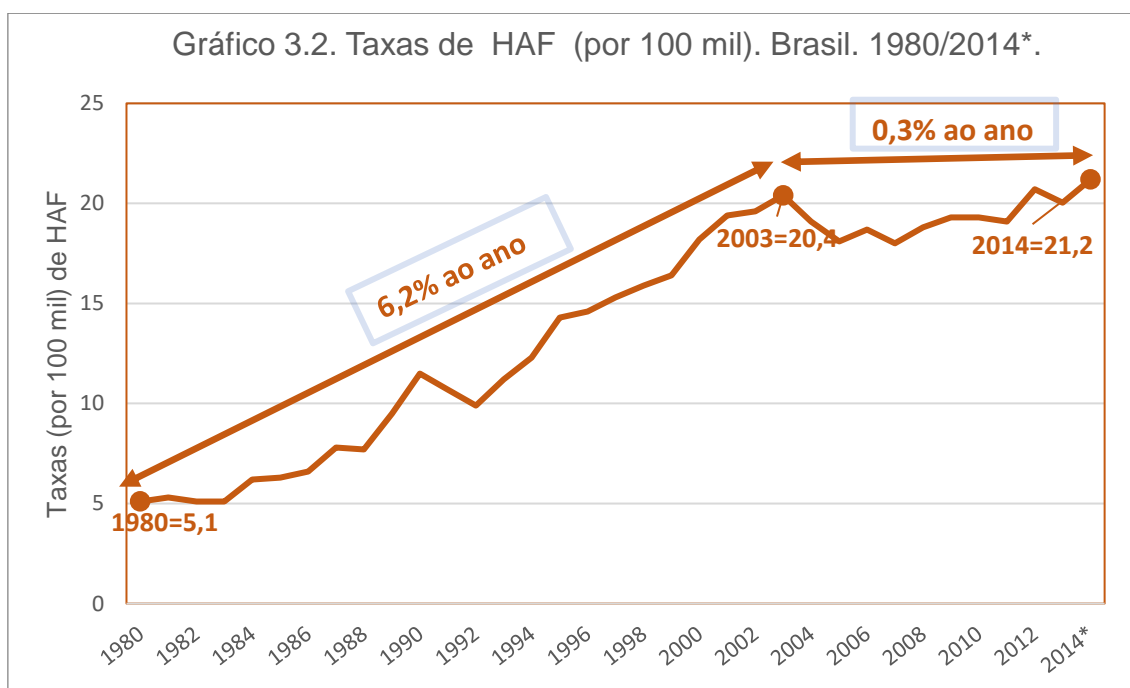
Tab 3.1. Número de vítimas fatais por armas de fogo na população total segundo causa básica. Brasil. 1980-2014

ANO	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterminado	Total arma de fogo
1980	386	660	6.104	1.560	8.710
1981	448	731	6.452	1.689	9.320
1982	467	657	6.313	1.608	9.045
1983	566	789	6.413	3.062	10.830
1984	515	766	7.947	3.350	12.578
1985	575	781	8.349	3.783	13.488
1986	669	788	8.803	4.609	14.869
1987	677	951	10.717	3.747	16.092
1988	586	827	10.735	4.978	17.126
1989	605	850	13.480	5.505	20.440
1990	658	989	16.588	2.379	20.614
1991	1.140	1.037	15.759	3.614	21.550
1992	859	1.085	14.785	4.357	21.086
1993	456	1.169	17.002	4.115	22.742
1994	353	1.321	18.889	3.755	24.318
1995	534	1.555	22.306	2.369	26.764
1996	270	1.543	22.976	1.692	26.481
1997	250	1.539	24.445	1.519	27.753
1998	371	1.407	25.674	2.759	30.211
1999	888	1.260	26.902	2.148	31.198
2000	329	1.330	30.865	2.461	34.985
2001	336	1.408	33.401	1.977	37.122
2002	318	1.366	34.160	2.135	37.979
2003	283	1.330	36.115	1.597	39.325
2004	201	1.247	34.187	1.478	37.113
2005	244	1.226	33.419	1.171	36.060
2006	404	1.138	34.921	897	37.360
2007	320	1.141	34.147	1.232	36.840
2008	353	1.123	35.676	1.506	38.658
2009	351	1.069	36.624	1.633	39.677
2010	352	969	36.792	779	38.892
2011	264	916	36.737	827	38.744
2012	284	989	40.077	1.066	42.416
2013	326	1.040	40.369	869	42.604
2014*	372	956	42.291	1.242	44.861
Total	16.010	37.953	830.420	83.468	967.851
%Total	1,7	3,9	85,8	8,6	100,0
Δ % 1980/2003	-26,7	101,5	491,7	2,4	351,5
Δ % 2003/2014*	31,4	-28,1	17,1	-22,2	14,1
Δ % 1980/2014*	-3,6	44,8	592,8	-20,4	415,1

Fonte: Processamento Mapa da Violência * 2014: Dados Preliminares

Ainda assim, se pelo número absoluto de vítimas já se observa uma quebra significativa no ritmo de crescimento, ao considerarmos as taxas de HAF que, por definição, incorporam nas análises as variações de população, o impacto das políticas de controle das armas, inauguradas em 2003, fica bem mais evidente (ver Tabela e Gráfico 3.2).

Em primeiro lugar, observamos que, salvo nos homicídios, nas restantes causas básicas as taxas caem ao longo do tempo: 20,3% nos suicídios; 38,0% nos acidentes e 52,2% nas causas indeterminadas. O único fator a explicar o aumento das taxas globais de mortalidade por AF são os homicídios, que se tornam a finalidade quase exclusiva do uso de AF no período, fato que retomaremos mais adiante.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

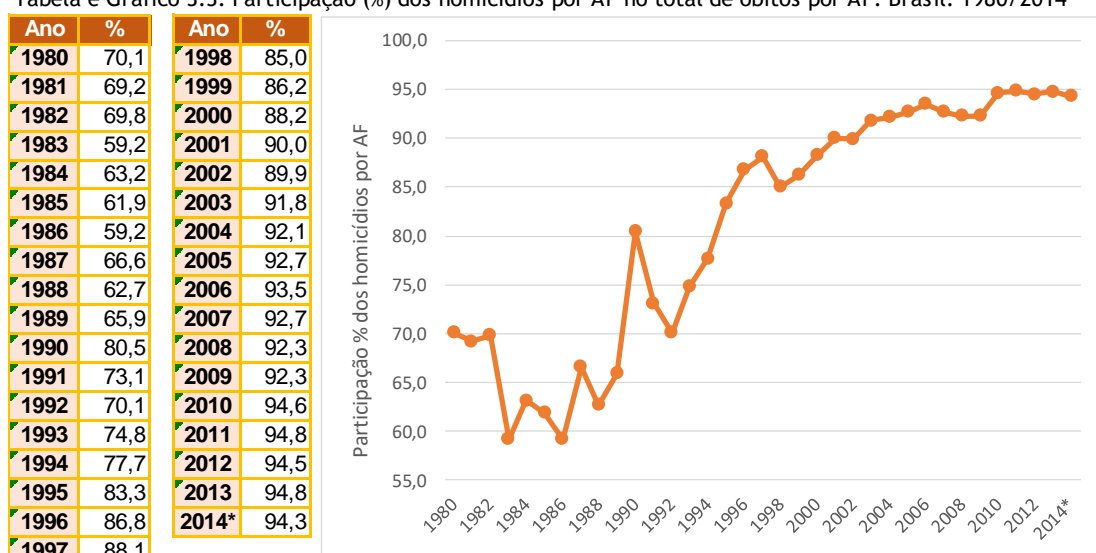
Outro fato que deve ser destacado é a crescente participação dos homicídios no conjunto da mortalidade por AF que, como vimos acima, inclui também acidentes, suicídios e causalidade indeterminada, como pode ser apreciado na Tabela e Gráfico 3.3.

Efetivamente, se no início de nossa série histórica os homicídios representavam, em média, aproximadamente 70% do total de mortes por armas de fogo, a partir de 1992 começa uma íngreme escalada, até 1997. A partir desse ano, a participação continua crescendo, mas em ritmo bem menor. Já em 2014, os homicídios representam quase a

totalidade das mortes por armas de fogo: 94,3%. Assim, temos um duplo processo que parece configurar um círculo vicioso e mortífero:

- por um lado, desde 1980, crescimento dos índices de homicídio no país, com tendência à estagnação nos últimos anos, a partir de 2004;
- por outro lado, crescimento do uso das armas de fogo como instrumento para perpetrar esses homicídios, como veremos adiante.

Tabela e Gráfico 3.3. Participação (%) dos homicídios por AF no total de óbitos por AF. Brasil. 1980/2014*



* Dados preliminares.

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

Não só observamos a crescente especialização das AF nos assassinatos, mas também outra escalada fatídica: o significativo incremento do uso de AF, em relação a outros instrumentos empregados nos homicídios (ver Tabela e Gráfico 3.4).

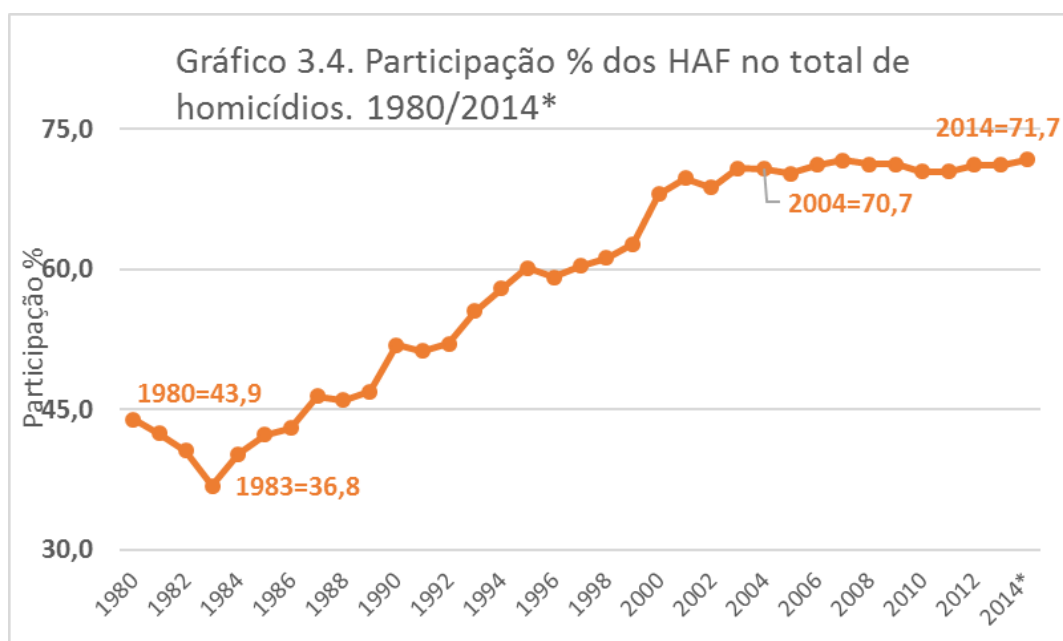
Em 1980, as armas de fogo foram utilizadas para cometer 43,9% dos homicídios. Nessa época, a maior parte dos assassinatos era cometida pelo uso de força física, facas, afogamento/sufocação, etc. Até 1983, o índice cai ainda mais, para 36,8%, praticamente um em cada três homicídios. A partir desse ano, começa uma íngreme escalada que vai durar até 2003, quando as AF já são responsáveis por 70,8% dos homicídios.

Tabela 3.4. Participação dos homicídios por AF no total de homicídios.
Brasil, 1980/2014*.

Ano	Homicídios		Dif. %	Ano	Homicídios		Dif. %
	Total	Por AF			Total	Por AF	
1980	13.910	6.104	43,9	1998	41.950	25.674	61,2
1981	15.213	6.452	42,4	1999	42.914	26.902	62,7
1982	15.550	6.313	40,6	2000	45.360	30.865	68,0
1983	17.408	6.413	36,8	2001	47.943	33.401	69,7
1984	19.767	7.947	40,2	2002	49.695	34.160	68,7
1985	19.747	8.349	42,3	2003	51.043	36.115	70,8
1986	20.481	8.803	43,0	2004	48.374	34.187	70,7
1987	23.087	10.717	46,4	2005	47.578	33.419	70,2
1988	23.357	10.735	46,0	2006	49.145	34.921	71,1
1989	28.757	13.480	46,9	2007	47.707	34.147	71,6
1990	31.989	16.588	51,9	2008	50.113	35.676	71,2
1991	30.750	15.759	51,2	2009	51.434	36.624	71,2
1992	28.435	14.785	52,0	2010	52.260	36.792	70,4
1993	30.610	17.002	55,5	2011	52.198	36.737	70,4
1994	32.603	18.889	57,9	2012	56.337	40.077	71,1
1995	37.129	22.306	60,1	2013	56.804	40.369	71,1
1996	38.894	22.976	59,1	2014*	58.946	42.291	71,7
1997	40.507	24.445	60,3				

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

A partir de 2004, a situação se estabiliza: nos 10 anos seguintes, a participação praticamente estagnou na faixa de 71%. Por esses dados, podemos inferir que, num longo período anterior à promulgação das políticas de controle das AF, a utilização das armas de fogo para a resolução de conflitos teve uma espiral íngreme de crescimento, com o conseqüente agravamento da letalidade dos conflitos.

4. Homicídios por armas de fogo nas UFs

A seguir, as tabelas e gráficos possibilitam verificar a existência de grande diversidade de situações que caracterizam a evolução dos homicídios por armas de fogo no país. Efetivamente, o crescimento médio de 23,7% no número vítimas de HAF na década 2004-2014, que equivale a um aumento de 11,1% nas taxas de homicídio, é resultante de um conjunto de realidades locais e regionais fortemente diferenciadas.

Essa diversidade de situações pode ser melhor entendida ao verificarmos algumas características dos dados (ver, especialmente, a Tabela 4.2):

- a larga brecha existente, em 2014, entre Alagoas, com a maior taxa (56,1 vítimas por 100 mil habitantes) e, no outro extremo, Santa Catarina (7,5 por 100 mil), evidencia a grande heterogeneidade de situações nas UFs;
- também são evidências dessa multiplicidade, os ritmos contraditórios de evolução na década: estados como Rio Grande do Norte e Maranhão, que mais que quadruplicaram seus índices; em contraposição a outros, como São Paulo e Rio de Janeiro, que conseguem reduzir suas taxas, em 2014, para a metade das vigentes em 2004.

Vemos que a região Nordeste foi a que apresentou as maiores taxas de HAF em quase todos os anos da década analisada. Sua taxa média em 2014, de 32,8 HAF por 100 mil habitantes, fica bem acima da taxa da região que vem imediatamente a seguir, Centro-Oeste, com 26,0. Se as taxas do Nordeste, nesse ano de 2014, são violentamente puxadas para cima por Alagoas (56,1) e também pelo Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte, com taxas em torno de 40 HAF por 100 mil, na região Centro-Oeste destaca-se Goiás, cuja taxa excede os 30 homicídios por 100 mil habitantes.

Fato significativo é que a maior parte das UFs do Nordeste apresenta elevados índices de crescimento na década 2004/2014; em curto espaço de tempo tiveram que enfrentar uma pandemia de violência para a qual estavam pouco e mal preparadas.

Em situação diametralmente oposta, na região Sudeste a violência armada mostra fortes sinais de regressão. A taxa de HAF, que em 2004 foi de 23,9, em 2014 retrocede para 14,0 por 100 mil, impressionante queda regional de 41,4%. Como já mencionado, foram os estados de São Paulo e Rio de Janeiro que alavancaram essas quedas, com crescimento negativo de 57,7% e 47,8%, respectivamente.

Tab 4.1. Homicídios por AF, UF e Região. Brasil. 2004/2014.

UF/REGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	Δ% 1	Δ% 2
Acre	49	36	50	51	40	61	63	50	85	97	116	136,7	19,6
Amapá	74	55	75	60	65	69	103	80	117	99	142	91,9	43,4
Amazonas	227	264	379	415	446	572	635	879	855	692	756	233,0	9,2
Pará	969	1.195	1.295	1.385	1.929	2.038	2.502	2.077	2.138	2.254	2.319	139,3	2,9
Rondônia	334	367	383	321	286	353	351	286	338	300	388	16,2	29,3
Roraima	31	28	38	28	29	27	29	25	32	69	47	51,6	-31,9
Tocantins	100	78	85	88	98	128	131	158	178	140	164	64,0	17,1
Norte	1.784	2.023	2.305	2.348	2.893	3.248	3.814	3.555	3.743	3.651	3.932	120,4	7,7
Alagoas	754	909	1.308	1.552	1.596	1.560	1.721	1.913	1.737	1.872	1.818	141,1	-2,9
Bahia	1.590	2.022	2.402	2.700	3.828	4.361	4.439	4.170	4.594	4.289	4.441	179,3	3,5
Ceará	916	1.012	1.060	1.224	1.332	1.511	2.057	2.063	3.135	3.652	3.792	314,0	3,8
Maranhão	355	489	479	602	698	785	827	944	1.152	1.382	1.658	367,0	20,0
Paraíba	472	543	628	656	750	1.019	1.208	1.379	1.224	1.251	1.246	164,0	-0,4
Pernambuco	3.344	3.509	3.592	3.706	3.449	3.117	2.649	2.541	2.475	2.301	2.522	-24,6	9,6
Piauí	131	151	192	184	159	184	207	251	311	373	454	246,6	21,7
Rio Grande do Norte	237	268	306	438	536	620	611	788	856	1.153	1.292	445,1	12,1
Sergipe	301	318	403	348	368	451	452	523	648	723	896	197,7	23,9
Nordeste	8.100	9.221	10.370	11.410	12.716	13.608	14.171	14.572	16.132	16.996	18.119	123,7	6,6
Espírito Santo	1.188	1.189	1.294	1.363	1.495	1.548	1.359	1.352	1.335	1.289	1.290	8,6	0,1
Minas Gerais	3.255	3.099	3.075	2.983	2.755	2.603	2.456	3.000	3.228	3.455	3.338	2,5	-3,4
Rio de Janeiro	6.193	5.978	5.790	5.102	4.336	4.009	4.111	3.411	3.472	3.562	3.582	-42,2	0,6
São Paulo	7.611	5.796	5.761	4.150	3.891	3.851	3.469	3.262	3.848	3.408	3.524	-53,7	3,4
Sudeste	18.247	16.062	15.920	13.598	12.477	12.011	11.395	11.025	11.883	11.714	11.734	-35,7	0,2
Paraná	1.912	2.027	2.229	2.285	2.540	2.673	2.630	2.365	2.433	2.042	2.073	8,4	1,5
Rio Grande do Sul	1.432	1.473	1.425	1.661	1.801	1.645	1.496	1.531	1.737	1.711	2.052	43,3	19,9
Santa Catarina	377	392	386	377	505	511	483	483	491	439	493	30,8	12,3
Sul	3.721	3.892	4.040	4.323	4.846	4.829	4.609	4.379	4.661	4.192	4.618	24,1	10,2
Distrito Federal	506	452	435	516	579	666	576	657	725	656	705	39,3	7,5
Goiás	988	937	984	1.009	1.201	1.260	1.317	1.579	1.955	2.096	1.985	100,9	-5,3
Mato Grosso	454	487	497	542	572	573	566	602	641	750	845	86,1	12,7
Mato Grosso do Sul	387	345	370	401	392	429	344	368	337	314	353	-8,8	12,4
Centro-Oeste	2.335	2.221	2.286	2.468	2.744	2.928	2.803	3.206	3.658	3.816	3.888	66,5	1,9
Brasil	34.187	33.419	34.921	34.147	35.676	36.624	36.792	36.737	40.077	40.369	42.291	23,7	4,8

Fonte: Processamento do Mapa da Violência 2016

Notas: Δ% 1 = Crescimento % 2004/2014; *Δ% 2 = Crescimento % 2013/2014; *2014-Dados Preliminares

Tab 4.2. Taxas de homicídio (por 100 mil) por AF, UF e Região. Brasil. 2004/2014.

UF/REGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ% 1	Δ% 2
Acre	8,0	5,4	7,3	7,3	5,9	8,8	8,6	6,7	11,2	12,4	14,6	83,0	17,3
Amapá	13,4	9,3	12,2	9,4	10,6	11,0	15,4	11,7	16,7	13,4	19,3	44,3	44,1
Amazonas	7,3	8,2	11,4	12,2	13,3	16,9	18,2	24,8	23,8	18,1	20,2	175,9	11,6
Pará	14,5	17,1	18,2	19,1	26,3	27,4	33,0	27,0	27,3	28,2	28,5	96,9	1,0
Rondônia	22,6	23,9	24,5	20,2	19,1	23,5	22,5	18,1	21,3	17,3	23,7	5,0	36,9
Roraima	8,4	7,2	9,4	6,7	7,0	6,4	6,4	5,4	6,8	14,0	9,5	12,7	-32,4
Tocantins	8,0	6,0	6,4	6,5	7,7	9,9	9,5	11,3	12,6	9,4	11,2	40,4	18,6
Norte	12,7	13,8	15,3	15,3	19,1	21,1	24,0	22,1	22,9	21,4	23,1	82,1	7,8
Alagoas	25,6	30,1	42,9	50,3	51,0	49,4	55,2	60,9	54,9	56,6	56,1	119,3	-0,9
Bahia	11,7	14,6	17,2	19,2	26,4	29,8	31,7	29,6	32,4	28,5	30,7	161,7	7,8
Ceará	11,7	12,5	12,9	14,7	15,8	17,7	24,3	24,2	36,4	41,5	42,9	268,2	3,4
Maranhão	6,0	8,0	7,7	9,6	11,1	12,3	12,6	14,2	17,2	20,3	23,9	300,2	17,6
Paraíba	13,3	15,1	17,3	18,0	20,0	27,0	32,1	36,4	32,1	31,9	31,9	139,4	-0,1
Pernambuco	40,6	41,7	42,2	43,1	39,5	35,4	30,1	28,7	27,7	24,9	27,5	-32,2	10,2
Piauí	4,4	5,0	6,3	6,0	5,1	5,9	6,6	8,0	9,8	11,7	14,0	215,2	19,6
Rio Grande do Norte	8,1	8,9	10,1	14,2	17,3	19,8	19,3	24,6	26,5	34,1	38,9	379,8	14,1
Sergipe	15,8	16,2	20,1	17,1	18,4	22,3	21,9	25,0	30,7	32,8	41,2	160,5	25,5
Nordeste	16,2	18,1	20,1	21,9	24,0	25,4	26,7	27,2	29,9	30,4	32,8	101,9	7,8
Espírito Santo	36,0	34,9	37,4	38,7	43,3	44,4	38,7	38,1	37,3	33,5	35,1	-2,5	4,8
Minas Gerais	17,3	16,1	15,8	15,1	13,9	13,0	12,5	15,2	16,3	16,7	16,4	-5,5	-2,1
Rio de Janeiro	41,2	38,9	37,2	32,4	27,3	25,0	25,7	21,2	21,4	21,7	21,5	-47,8	-1,0
São Paulo	19,4	14,3	14,0	10,0	9,5	9,3	8,4	7,8	9,2	7,8	8,2	-57,7	5,3
Sudeste	23,9	20,5	20,0	16,9	15,6	14,8	14,2	13,6	14,6	13,8	14,0	-41,4	1,2
Paraná	19,1	19,8	21,5	21,7	24,0	25,0	25,2	22,5	23,0	18,5	19,2	0,6	3,6
Rio Grande do Sul	13,5	13,6	13,0	15,0	16,6	15,1	14,0	14,3	16,1	15,3	18,7	38,6	22,2
Santa Catarina	6,6	6,7	6,5	6,2	8,3	8,4	7,7	7,6	7,7	6,6	7,5	13,1	13,7
Sul	14,1	14,4	14,8	15,6	17,6	17,4	16,8	15,9	16,8	14,5	16,3	15,3	12,2
Distrito Federal	22,7	19,4	18,2	21,2	22,6	25,5	22,4	25,2	27,4	23,4	25,6	13,0	9,3
Goiás	18,3	16,7	17,2	17,3	20,5	21,3	21,9	26,0	31,8	32,5	31,2	70,6	-3,9
Mato Grosso	16,8	17,4	17,4	18,6	19,3	19,1	18,6	19,6	20,6	23,5	26,2	55,7	11,5
Mato Grosso do Sul	17,6	15,2	16,1	17,2	16,8	18,2	14,0	14,9	13,5	12,1	13,6	-22,7	12,4
Centro-Oeste	18,6	17,1	17,2	18,3	20,0	21,1	19,9	22,5	25,4	25,4	26,0	39,5	2,5
Brasil	19,1	18,1	18,7	18,0	18,8	19,3	19,3	19,1	20,7	20,0	21,2	11,1	5,8

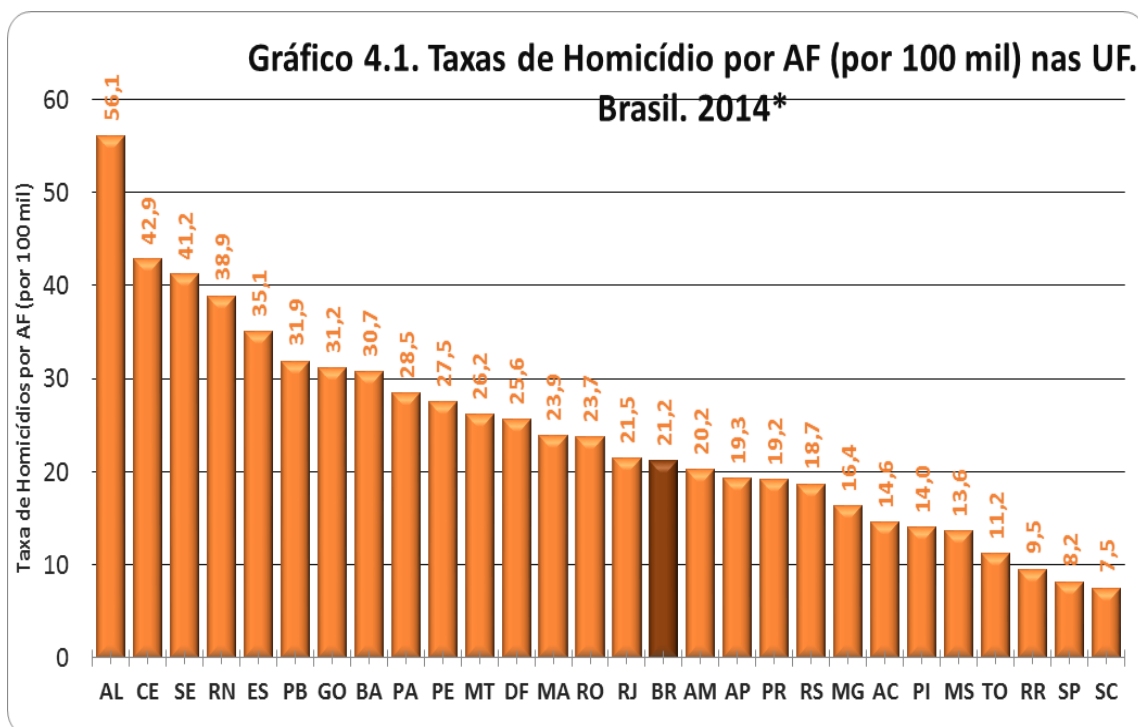
Fonte: Processamento do Mapa da Violência 2016

Notas: Δ% 1 = Crescimento % 2004/2014; *Δ% 2 = Crescimento % 2013/2014; *2014-Dados Preliminares

Um fator, que vimos analisando desde 2005 e ao qual dedicamos um estudo específico¹³, parece estar na base desses movimentos diferenciados. Até fins do século passado, a violência homicida concentrava-se numas poucas grandes metrópoles, principalmente nas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro e, em menor escala, nas de Recife, Vitória e Belo Horizonte. Vários fenômenos concomitantes parecem ter acontecido no final do século, impactando fortemente a geografia dos homicídios no país:

¹³ WAISELFSZ, J.J. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

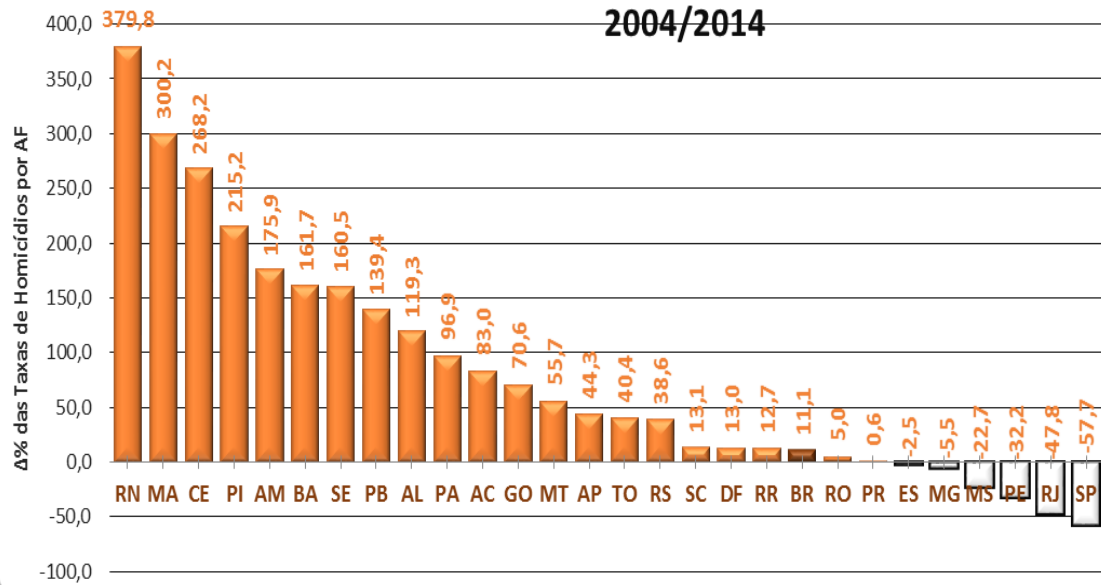
- por um lado, o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico vigente, concentrado em umas poucas grandes metrópoles. Custos de implantação, carga impositiva, organização sindical, etc. reorientaram o fluxo de capitais e de mão de obra para locais até então virgens de desenvolvimento;
- também na vidade de século, é aprovado o Plano Nacional de Segurança Pública, junto com um Fundo de Segurança Pública, que contribuem para melhoria das estruturas dos aparelhos de Segurança Pública dos estados mais violentos dessa época;
- ambos os fatores, potencializados pela guerra fiscal empreendida por diversos municípios para atrair investimentos, originaram a emergência de novos polos de desenvolvimento, seja no interior dos estados tradicionais, seja em outros estados, como a Zona Franca de Manaus, Camaçari, Suape, Ananindeua, Arapiraca, etc.;
- esses novos polos atraíram investimentos e fluxos populacionais, mas também criminalidade e violência, diante da virtual ausência das instituições do Estado, fundamentalmente as da Segurança Pública.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

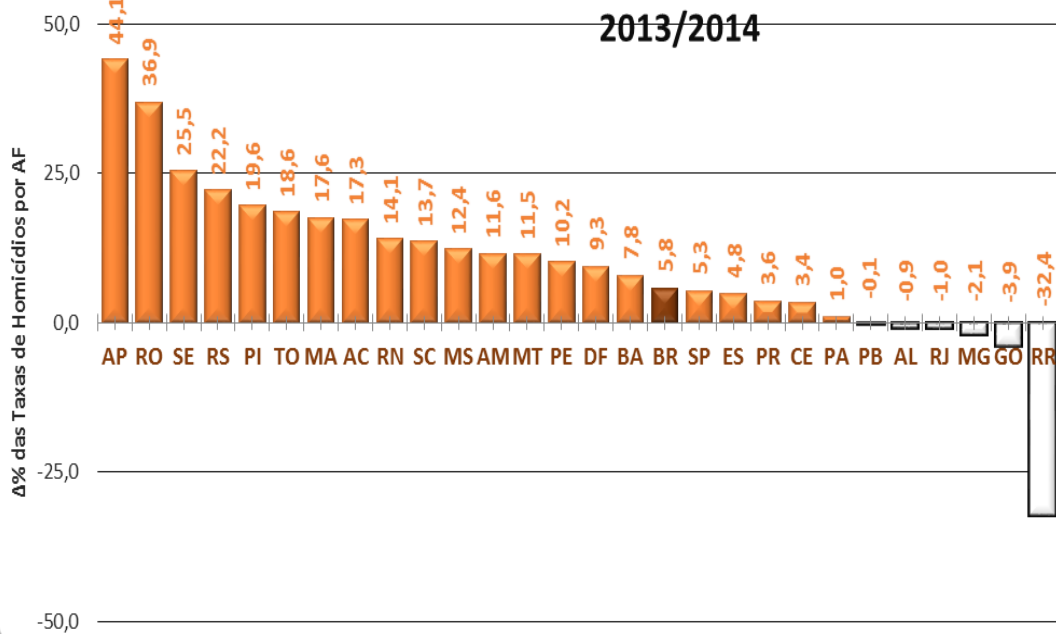
Gráfico 4.2. Δ% das taxas de homicídio por AF nas UF. Brasil. 2004/2014



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Gráfico 4.3. Δ% das taxas de homicídio por AF nas UF. Brasil. 2013/2014



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Tabela 4.3. Ordenamento das UFs pelas taxas de HAF. Brasil, 2000/2014*.

UF	2000		2014*	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Rio de Janeiro	47,0	1º	21,5	15º
Pernambuco	46,6	2º	27,5	10º
Espírito Santo	33,3	3º	35,1	5º
Mato Grosso	29,8	4º	26,2	11º
Distrito Federal	28,8	5º	25,6	12º
São Paulo	28,7	6º	8,2	26º
Mato Grosso do Sul	23,9	7º	13,6	23º
Rondônia	22,0	8º	23,7	14º
Alagoas	17,5	9º	56,1	1º
Sergipe	17,2	10º	41,2	3º
Rio Grande do Sul	16,3	11º	18,7	19º
Roraima	16,0	12º	9,5	25º
Goiás	15,6	13º	31,2	7º
Paraná	13,6	14º	19,2	18º
Bahia	11,7	15º	30,7	8º
Paraíba	11,5	16º	31,9	6º
Tocantins	10,6	17º	11,2	24º
Rio Grande do Norte	9,8	18º	38,9	4º
Ceará	9,4	19º	42,9	2º
Amazonas	9,4	20º	20,2	16º
Minas Gerais	8,9	21º	16,4	20º
Acre	8,8	22º	14,6	21º
Amapá	8,6	23º	19,3	17º
Pará	8,5	24º	28,5	9º
Santa Catarina	5,9	25º	7,5	27º
Piauí	4,7	26º	14,0	22º
Maranhão	3,6	27º	23,9	13º
Brasil	20,7		21,2	

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Podemos observar, na Tabela 4.3, que permite comparar as taxas de HAF dos anos 2000 e 2014, que:

- as oito UFs, que na virada de século ocupavam os primeiros lugares no Mapa da Violência por armas de fogo, evidenciam quedas em 2014. Em alguns casos, quedas bem significativas, como Rio de Janeiro, que ocupava o primeiro lugar em 2000 e passou para o 15º; ou São Paulo, que passa do 6º para o 26º; ou Mato Grosso do Sul, da sétima posição para a 23ª;
- em contrapartida, estados relativamente *tranquilos* no ano 2000 ingressam numa forte voragem de violência, como Ceará, que de uma taxa de HAF de 9,4

por 100 mil, em 2000, passa para 42,9, em 2014 (de 19º para 2º lugar); ou Rio Grande do Norte, de 18º para 4º (de 9,8 para 38,9 por 100 mil habitantes).

5. Homicídios por armas de fogo nas capitais

A evolução da mortalidade por AF nas capitais acompanhou bem de perto a registrada nas UFs, mas com índices ainda mais elevados de vitimização de sua população: se a taxa nacional de HAF foi, em 2014, de 21,2 por 100 mil, a das capitais foi de 30,3.

Tabela 5.1. Número de HAF nas capitais. Brasil, 2004/2014*.

Capital	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ% 1	Δ% 2
Belém	308	409	333	386	528	502	627	440	524	577	591	91,9	2,4
Boa Vista	18	15	20	15	19	18	21	14	21	56	29	61,1	-48,2
Macapá	53	40	51	44	51	49	87	62	87	71	115	117,0	62,0
Manaus	189	230	314	355	392	517	562	767	758	582	627	231,7	7,7
Palmas	19	10	11	17	6	13	19	24	27	31	41	115,8	32,3
Porto Velho	136	149	178	156	115	122	136	126	125	128	150	10,3	17,2
Rio Branco	37	21	35	40	30	47	37	21	51	66	88	137,8	33,3
NORTE	760	874	942	1.013	1.141	1.268	1.489	1.454	1.593	1.511	1.641	115,9	8,6
Aracaju	167	139	168	128	141	166	147	194	264	276	313	87,4	13,4
Fortaleza	422	562	606	754	712	765	1.139	1.174	1.718	1.998	2.026	380,1	1,4
João Pessoa	203	239	262	310	346	431	515	575	499	479	464	128,6	-3,1
Maceió	442	511	775	818	898	759	878	902	761	811	710	60,6	-12,5
Natal	74	117	131	185	202	246	254	303	356	419	437	490,5	4,3
Recife	1.147	1.128	1.166	1.144	1.078	937	726	708	615	510	554	-51,7	8,6
Salvador	589	864	964	1.166	1.633	1.747	1.558	1.405	1.367	1.268	1.102	87,1	-13,1
São Luís	142	139	152	206	239	314	311	368	456	658	717	404,9	9,0
Teresina	97	106	138	120	103	129	149	182	234	283	346	256,7	22,3
NORDESTE	3.283	3.805	4.362	4.831	5.352	5.494	5.677	5.811	6.270	6.702	6.669	103,1	-0,5
Belo Horizonte	1.351	1.120	1.030	1.060	872	752	696	803	793	840	731	-45,9	-13,0
Rio de Janeiro	2.690	2.164	2.358	1.889	1.634	1.615	1.443	1.146	997	966	889	-67,0	-8,0
São Paulo	2.818	2.215	2.031	1.463	1.160	1.238	1.065	912	1.289	1.098	1.181	-58,1	7,6
Vitória	202	217	230	208	194	194	194	165	163	153	141	-30,2	-7,8
SUDESTE	7.061	5.716	5.649	4.620	3.860	3.799	3.398	3.026	3.242	3.057	2.942	-58,3	-3,8
Curitiba	535	619	708	704	866	832	796	678	587	537	583	9,0	8,6
Florianópolis	91	83	64	68	73	67	76	64	48	37	52	-42,9	40,5
Porto Alegre	469	485	413	595	566	488	426	457	497	468	577	23,0	23,3
SUL	1.095	1.187	1.185	1.367	1.505	1.387	1.298	1.199	1.132	1.042	1.212	10,7	16,3
Brasília	583	512	502	591	617	745	630	710	786	656	705	20,9	7,5
Campo Grande	149	140	131	172	138	146	102	102	100	81	110	-26,2	35,8
Cuiabá	167	160	164	162	166	179	156	175	168	156	197	18,0	26,3
Goiânia	312	290	312	308	426	347	385	472	564	639	664	112,8	3,9
CENTRO-OESTE	1.211	1.102	1.109	1.233	1.347	1.417	1.273	1.459	1.618	1.532	1.676	38,4	9,4
BRASIL	13.410	12.684	13.247	13.064	13.205	13.365	13.135	12.949	13.855	13.844	14.140	5,4	2,1

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. *2014: dados preliminares.

Notas. Δ% 1 = Crescimento % 2004/2014. *Δ% 2 = Crescimento % 2013/2014.

Tabela 5.2. Taxas de HAF (por 100 mil) nas capitais.
Brasil, 2004/2014*.

Capital	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ% 1	Δ% 2
Belém	22,6	29,1	23,3	26,6	37,1	34,9	45,0	31,4	37,2	41,3	42,7	88,6	18,4
Boa Vista	7,9	6,2	8,0	5,8	7,3	6,7	7,4	4,8	7,1	18,2	9,1	15,1	46,9
Macapá	16,1	11,3	13,8	11,5	14,2	13,4	21,8	15,2	20,9	16,4	25,5	58,6	37,4
Manaus	12,1	14,0	18,6	20,5	22,9	29,7	31,2	41,9	40,7	30,5	32,2	166,5	-2,7
Palmas	10,4	4,8	5,0	7,3	3,3	6,9	8,3	10,2	11,2	11,8	14,5	40,1	9,4
Porto Velho	37,8	39,8	46,7	40,2	30,3	31,8	31,7	28,9	28,2	27,5	30,8	-18,5	-2,4
Rio Branco	13,2	6,9	11,1	12,4	10,0	15,4	11,0	6,1	14,6	18,1	23,2	76,2	138,6
NORTE	17,6	19,3	20,3	21,3	24,7	27,0	30,6	29,4	31,7	29,4	31,2	77,1	8,0
Aracaju	34,4	27,9	33,2	25,0	26,3	30,5	25,7	33,5	44,9	45,7	50,5	46,9	34,2
Fortaleza	18,4	23,7	25,1	30,7	28,8	30,5	46,4	47,4	68,7	80,1	81,5	342,6	45,0
João Pessoa	31,8	36,2	39,0	45,4	49,9	61,4	71,2	78,4	67,2	63,3	60,2	89,3	-14,3
Maceió	51,0	56,6	84,0	86,9	97,2	81,1	94,1	95,6	79,8	84,6	73,7	44,5	-16,5
Natal	9,8	15,0	16,6	23,1	25,3	30,5	31,6	37,4	43,5	51,0	53,0	441,1	16,5
Recife	77,8	75,1	77,0	74,8	69,5	60,0	47,2	45,8	39,5	32,9	35,8	-54,0	-13,6
Salvador	22,7	32,3	35,5	42,3	55,4	58,3	58,2	52,2	50,4	48,9	44,5	96,0	-3,3
São Luís	15,1	14,2	15,2	20,2	24,2	31,5	30,6	35,8	43,9	62,4	67,1	344,3	22,5
Teresina	12,7	13,4	17,2	14,7	12,8	16,1	18,3	22,1	28,2	33,7	40,7	220,4	27,4
NORDESTE	30,4	34,1	38,5	42,0	45,7	46,3	49,3	50,0	53,4	57,4	57,5	89,2	6,9
Belo Horizonte	58,1	47,2	42,9	43,7	35,8	30,7	29,3	33,7	33,1	35,4	31,2	-46,3	-1,7
Rio de Janeiro	44,8	35,5	38,4	30,6	26,5	26,1	22,8	18,0	15,6	14,9	13,6	-69,6	-13,5
São Paulo	26,2	20,3	18,4	13,2	10,6	11,2	9,5	8,1	11,3	9,5	10,2	-61,2	40,6
Vitória	66,0	69,3	72,5	64,8	61,0	60,6	59,2	49,9	48,9	45,3	41,2	-37,7	-2,0
SUDESTE	36,4	29,0	28,4	23,1	19,4	19,0	16,8	14,8	15,8	14,8	14,1	-61,2	6,6
Curitiba	31,5	35,2	39,6	38,7	47,4	44,9	45,4	38,4	33,0	30,8	34,0	8,0	-14,0
Florianópolis	24,1	20,9	15,7	16,3	18,1	16,4	18,0	15,0	11,1	8,4	11,5	-52,1	-26,0
Porto Alegre	33,4	33,9	28,7	40,9	39,6	34,0	30,2	32,3	35,1	33,2	41,2	23,5	8,5
SUL	31,5	33,1	32,6	37,1	41,1	37,5	36,2	33,3	31,2	29,0	34,0	8,1	-6,2
Brasília	26,1	21,9	21,1	24,3	24,1	28,6	24,5	27,2	29,7	24,7	26,4	1,3	9,1
Campo Grande	20,7	18,7	17,1	22,0	18,5	19,3	13,0	12,8	12,4	9,8	13,1	-36,9	-3,1
Cuiabá	32,4	30,0	30,2	29,4	30,5	32,5	28,3	31,5	29,9	27,6	34,7	7,2	-4,9
Goiânia	26,8	24,1	25,6	24,8	33,7	27,1	29,6	35,8	42,3	47,3	48,5	80,8	18,1
CENTRO-OESTE	26,1	22,9	22,6	24,6	26,3	27,3	24,4	27,6	30,2	28,4	30,8	17,7	9,5
BRASIL	31,5	29,0	29,8	29,0	29,3	29,4	28,9	28,2	30,0	29,8	30,3	-3,8	6,1

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. *2014: dados preliminares.

Notas. Δ% 1 = Crescimento % 2004/2014. *Δ% 2 = Crescimento % 2013/2014.

- Se o país registrou aumento no número de vítimas de HAF, 23,7% entre 2004 e 2014, nas capitais esse aumento foi bem menor, de 5,4%.
- Considerando os incrementos populacionais do período, as taxas de HAF no país têm um moderado crescimento de 11,1%, e nas capitais as taxas caem 3,8%.

Em outras palavras, enquanto fora das capitais as taxas tendem a crescer, nas capitais tendem a estabilizar e até cair levemente.

Tabela 5.3. Ordenamento das taxas de HAF nas capitais, pela posição em 2004. Brasil, 2004 e 2014*.

Capital	2004		2014*	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Recife	77,8	1°	35,8	13°
Vitória	66,0	2°	41,2	11°
Belo Horizonte	58,1	3°	31,2	17°
Maceió	51,0	4°	73,7	2°
Rio de Janeiro	44,8	5°	13,6	23°
Porto Velho	37,8	6°	30,8	18°
Aracaju	34,4	7°	50,5	6°
Porto Alegre	33,4	8°	41,2	10°
Cuiabá	32,4	9°	34,7	14°
João Pessoa	31,8	10°	60,2	4°
Curitiba	31,5	11°	34,0	15°
Goiânia	26,8	12°	48,5	7°
São Paulo	26,2	13°	10,2	26°
Brasília	26,1	14°	26,4	19°
Florianópolis	24,1	15°	11,5	25°
Salvador	22,7	16°	44,5	8°
Belém	22,6	17°	42,7	9°
Campo Grande	20,7	18°	13,1	24°
Fortaleza	18,4	19°	81,5	1°
Macapá	16,1	20°	25,5	20°
São Luís	15,1	21°	67,1	3°
Rio Branco	13,2	22°	23,2	21°
Teresina	12,7	23°	40,7	12°
Manaus	12,1	24°	32,2	16°
Palmas	10,4	25°	14,5	22°
Natal	9,8	26°	53,0	5°
Boa Vista	7,9	27°	9,1	27°

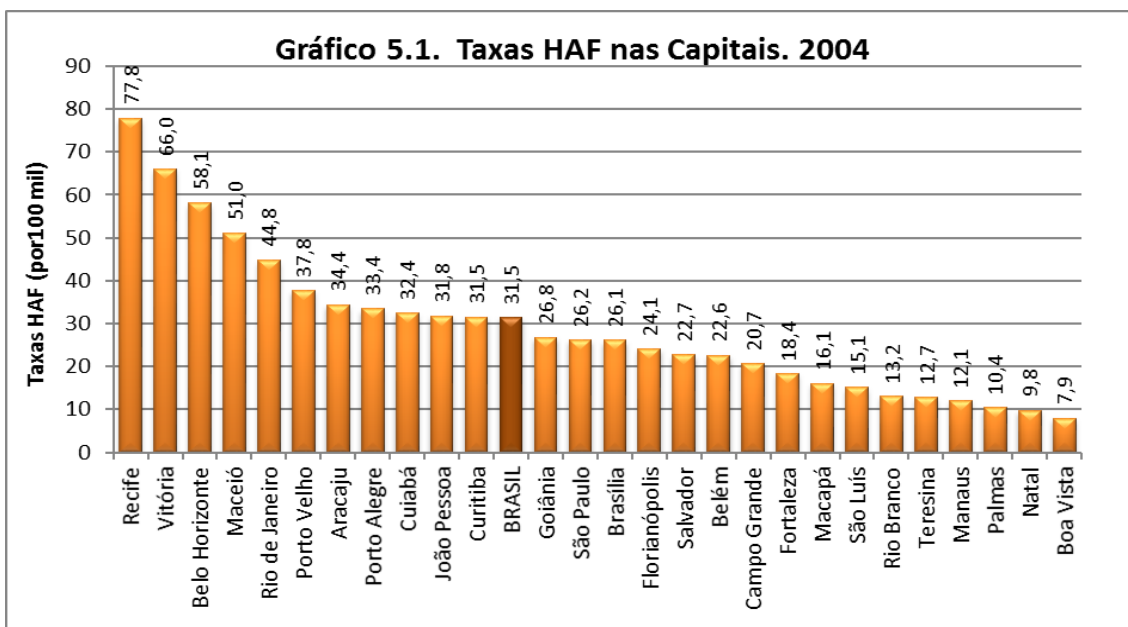
Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

- Maior evidência desse processo pode ser encontrada no Gráfico 5.5. Em 2004, o número de HAF das capitais representava 36,1% do total de homicídios ocorridos no país. Em 2014, essa participação caiu para 33,4% e com tendência a continuar caindo.
- Em 2004, as três capitais com as maiores taxas de HAF foram, pela ordem, Recife, Vitória e Belo Horizonte. Acompanhando esse processo de deslocamento

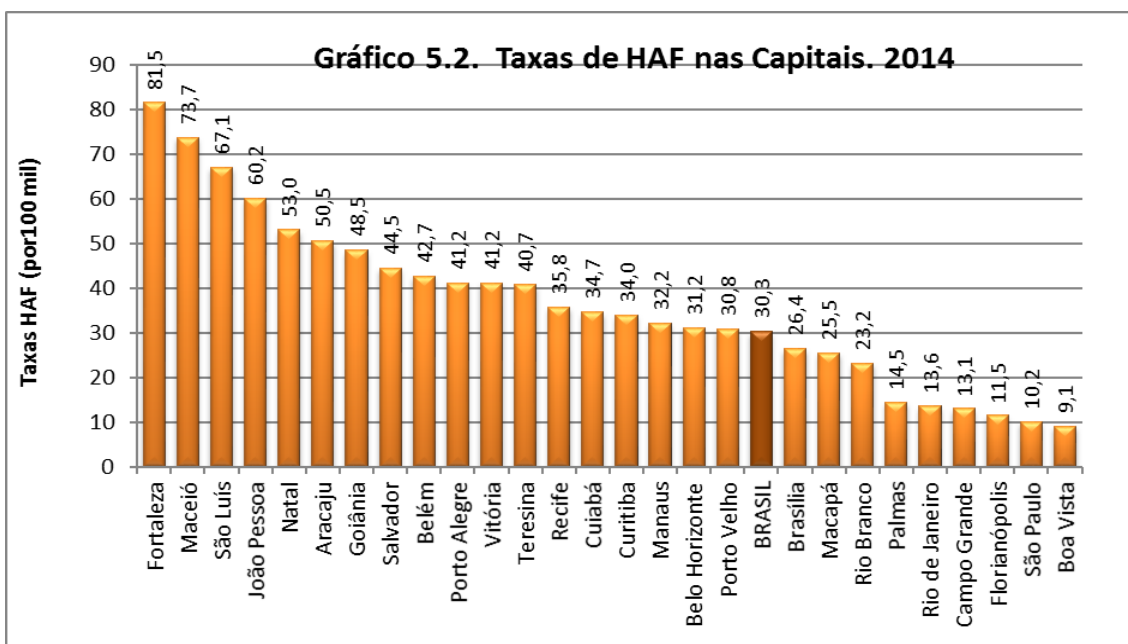
dos polos dinâmicos a partir da virada de século, vemos que suas taxas caem, e significativamente, como nos casos do Recife e Belo horizonte.

- Em contraposição, as taxas crescem de forma assustadora em capitais que eram relativamente tranquilas na virada de século, como em:
 - Natal, de 9,8 HAF por 100 mil, para 53,0 (de 26° para 5°);
 - São Luís, de 15,1 HAF por 100 mil, para 67,1 (de 21° para 3°);
 - Fortaleza, de 18,4 HAF por 100 mil, para 81,5 (de 19° para 1°).

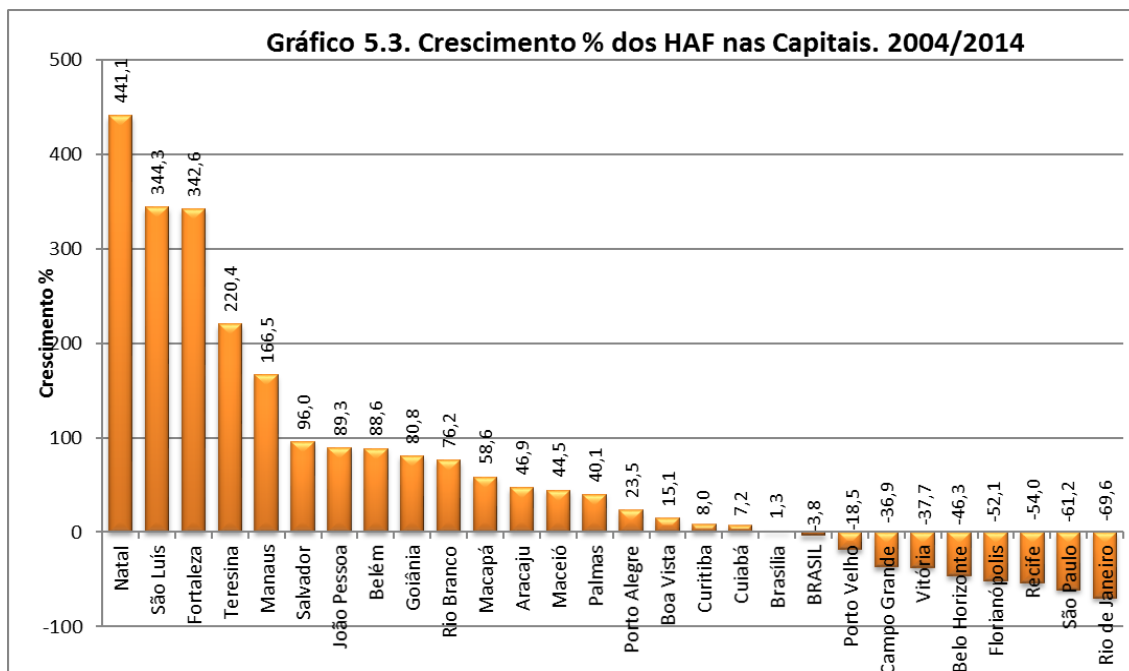


Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

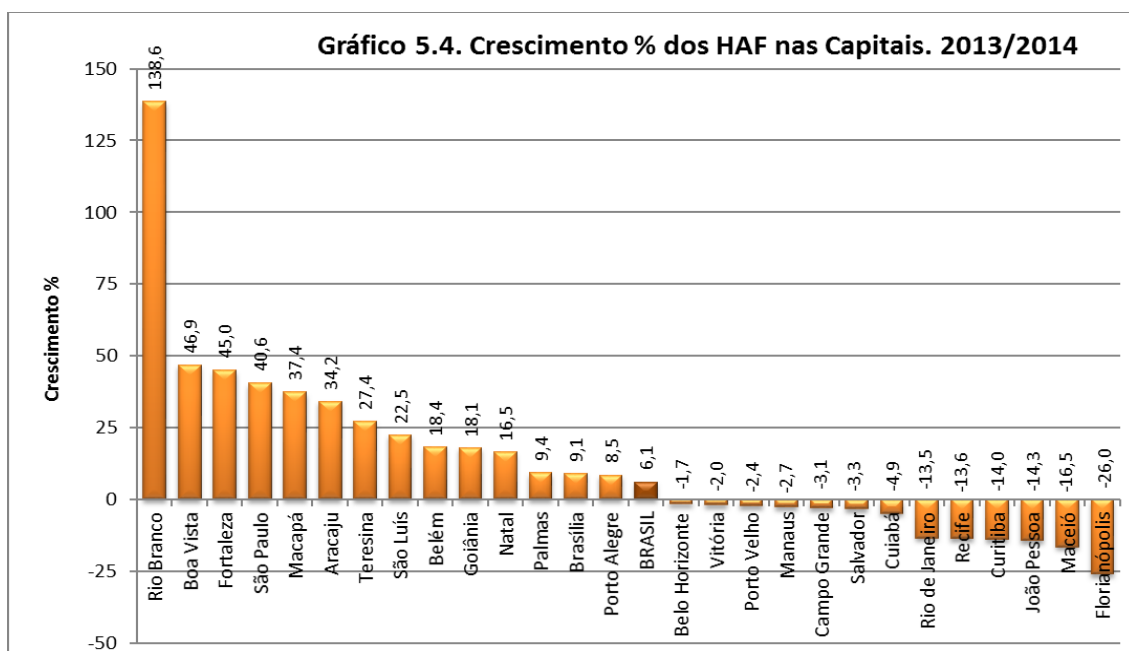
*2014: dados preliminares.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.
 *2014: dados preliminares.

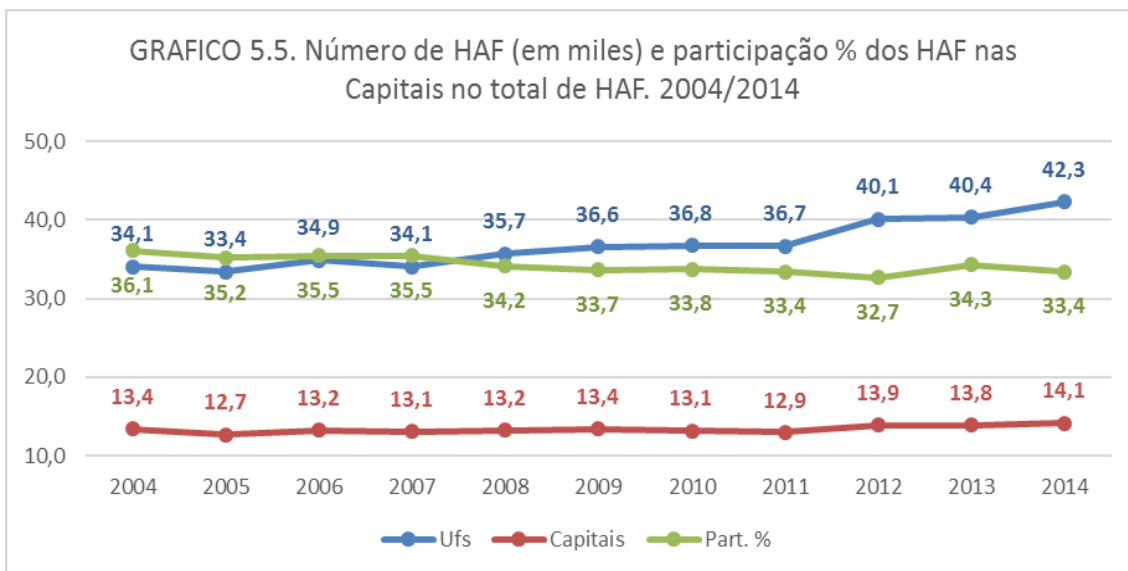


Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.
 *2014: dados preliminares.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.
 *2014: dados preliminares.

- Observamos, também com preocupação, que as seis capitais com maiores taxas de HAF em 2014 – Fortaleza, Maceió, São Luís, João Pessoa, Natal e Aracaju – são do Nordeste, região que teve o maior crescimento médio no período: 89,2%.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.
*2014: dados preliminares.

Tabela 5.4. Evolução das Taxas de HAF no Brasil e nas Capitais. 1980/2014

Ano	Brasil	Capital	Dif. %	Ano	Brasil	Capital	Dif. %
1980	5,1	21,3	318,3	2000	18,2	31,1	71,1
1981	5,3	22,2	318,8	2001	19,4	33,3	71,5
1982	5,1	21,2	316,7	2002	19,6	32,1	63,6
1983	5,1	21,1	314,3	2003	20,4	34,1	67,1
1984	6,2	25,6	313,5	2004	19,1	31,5	64,7
1985	6,3	26,4	318,9	2005	18,1	29,0	60,0
1986	6,6	27,3	313,3	2006	18,7	29,8	59,5
1987	7,8	32,6	317,7	2007	18,0	29,0	61,3
1988	7,7	32,0	316,1	2008	18,8	29,3	56,1
1989	9,5	39,5	316,1	2009	19,3	29,4	52,4
1990	10,5	43,2	311,9	2010	19,3	28,9	49,7
1991	10,7	44,6	316,6	2011	19,1	28,2	47,9
1992	9,9	41,6	320,4	2012	20,7	30,0	44,8
1993	11,2	46,6	316,1	2013	20,0	29,8	49,0
1994	12,3	51,0	314,9	2014*	21,2	30,3	42,8
1995	14,3	50,3	251,9	Δaa. 1980/1994	6,5%	6,4%	0,0%
1996	14,6	34,1	133,2	Δaa. 1994/1997	7,5%	-18,2%	-36,1%
1997	15,3	27,9	82,1	Δaa. 1997/2003	4,9%	3,4%	-3,3%
1998	15,9	27,9	75,5	Δaa. 2003/2014	0,3%	-1,0%	-4,0%
1999	16,4	28,6	74,3	Δaa. 1980/2014	4,3%	1,0%	0,0%

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. 2014*: Dados Preliminares.

- a região Norte não ficou muito atrás quanto ao crescimento de taxas na década: 77,1%, tendo Manaus, Belém e Rio Branco, também, elevados índices de crescimento.

- na década, das 27 capitais, só oito evidenciaram quedas em suas taxas de HAF.

Como foi acima mencionado, o processo de deslocamento dos polos dinâmicos da violência, que acontece a partir de meados da década de 1990, já foi analisado em diversos Mapas anteriores, além de ter um Mapa especificamente dedicado a aprofundar o tema¹⁴.

Pela Tabela 5.4 e os Gráficos 5.5 a 5.7, podemos diferenciar quatro períodos na evolução histórica dos HAF nas capitais:

- 1) **1980/1994**. O desenvolvimento econômico nacional concentrado em poucas grandes regiões metropolitanas, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, torna essas áreas atrativas para população, investimentos e também violência. Nesse período, as taxas de HAF das capitais crescem de forma acelerada, com um ritmo que faz manter largas diferenças com as taxas globais do país: acima de quatro vezes as médias nacionais. Assim, em 1980, quando as taxas nacionais eram de 5,1 HAF por 100 mil habitantes, as taxas das capitais seriam de 21,3. Essa diferença, pouco acima de 300%, se mantém praticamente inalterada até 1994: taxa de 12,3 para o país e de 51,0 para as capitais.
- 2) **1994/1997**. Desde 2005, com a divulgação dos Mapas, vimos apontando mudanças significativas nos padrões de produção da violência homicida no país, como resultado de vários processos econômicos e sociais convergentes. Assim, no Mapa divulgado em 2011¹⁵ apontávamos a existência de dois “*processos concomitantes de desconcentração*”.

Por um lado, (...) um fenômeno de interiorização da violência homicida. Se até 1996 o crescimento dos homicídios centrava-se nas capitais e nos grandes conglomerados metropolitanos, entre 1996 e 2003 esse crescimento praticamente estagna e o dinamismo se transfere aos municípios do interior dos estados. A partir de 2003, as taxas médias nacionais das capitais e regiões metropolitanas começam a encolher, enquanto as do interior continuam a crescer, mas com um ritmo mais lento (...). Esses mesmos fatores parecem impulsionar um segundo tipo de desconcentração, agora entre os estados, que denominamos disseminação.

Em que consiste esse duplo processo? Diversas UFs relativamente tranquilas no período anterior experimentam incrementos significativos nos seus níveis de

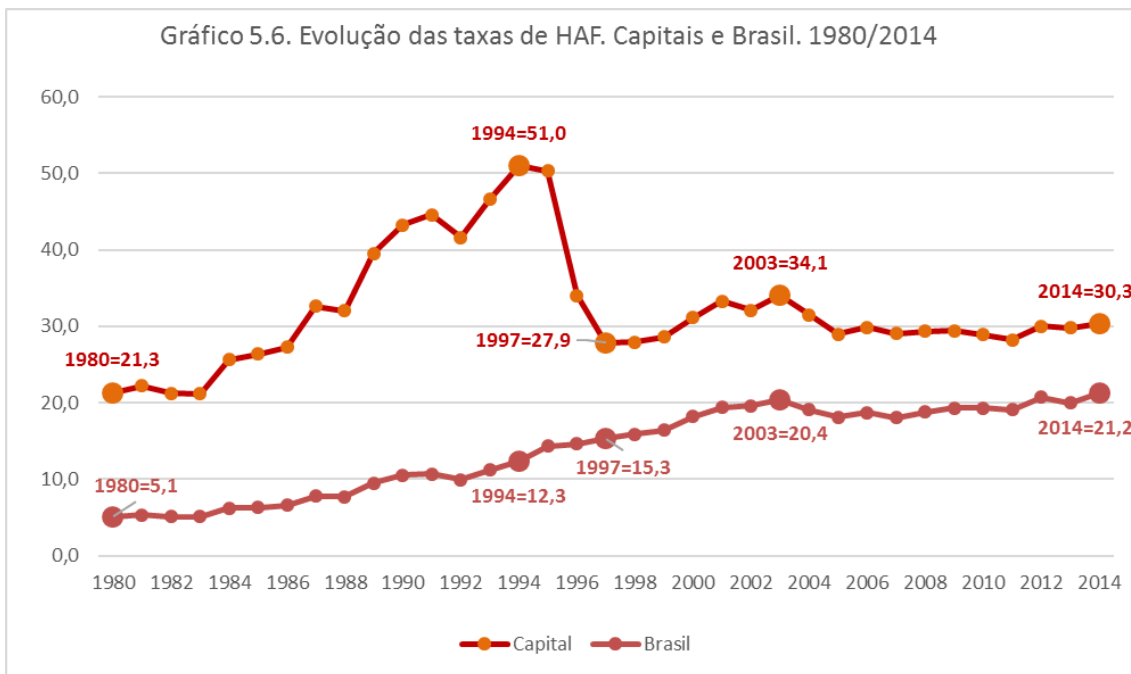
¹⁴ WAISELFISZ J.J. Mapa da Violência 2012. Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

¹⁵ WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2011. Os Jovens do Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011.

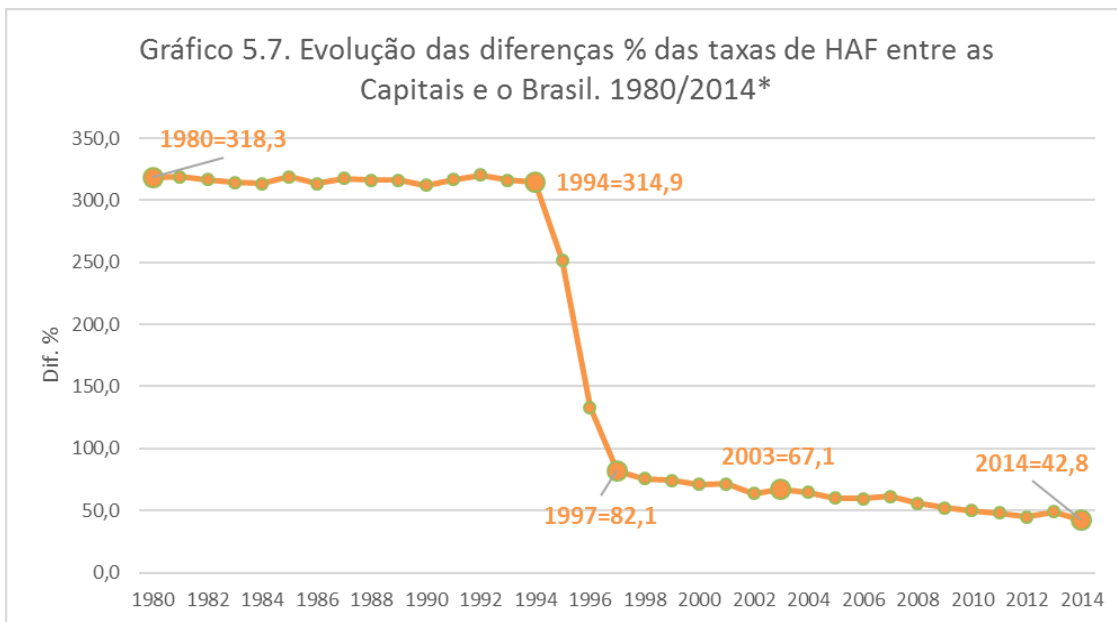
violência. Já os centros, que eram focos de violência na década passada, reduzem – em alguns casos de forma muito significativa – suas taxas de homicídio, como em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estes dois processos, o de disseminação e o de interiorização, originariam a migração dos polos dinâmicos da violência de um limitado número de capitais e/ou grandes regiões metropolitanas, que melhoraram a eficiência de seus aparelhos de segurança, para regiões menos protegidas, seja no interior dos estados, seja em outras unidades federativas. Mas, na realidade, trata-se de um único processo: a migração dos polos dinâmicos da violência, de um limitado número de regiões metropolitanas de grande porte para áreas de menor tamanho e menor presença do Estado.

Pelos dados disponíveis na Tabela 5.4 e Gráficos 5.5 a 5.7, observamos quedas drásticas nas taxas das capitais: de 51,0 por 100 mil, em 1994, para 27,9, em 1997, com impressionante queda de 45,3% nos HAF das capitais, enquanto as médias do país continuam sua escalada ascendente, resultante do refluxo (fluxos negativos) dos polos tradicionais de desenvolvimento. Esses fluxos de capitais, recursos humanos e criminalidade dirigem-se agora para o interior das UFs tradicionais, ou para estados até então excluídos das *bênçãos* do desenvolvimento. Emergem novos polos de crescimento, como Camaçari, na Bahia; Ananindeua, no Pará; a Zona Fraca de Manaus, etc. Com isso, as diferenças entre as taxas das capitais e as nacionais despencam, em apenas três anos, de 314,9%, em 1994, para 82,1%, em 1997.

- 3) 1997/2003. Em seguida às drásticas quedas acontecidas no período 1994/1997, as taxas de HAF das capitais tornam a crescer: de 27,9 por 100 mil em 1997, para 34,1 em 2003, crescimento de 22,2%; com ritmo relativamente paralelo ao do país, que passa de 15,3, em 1997, para 20,4, em 2003. A visão dessa retomada do ímpeto homicida levaria à formulação das estratégias de controle das armas de fogo em fins de 2003, implementadas a partir de meados de 2004.
- 4) 2003/2014. Continuando o processo iniciado em meados da década de 1990, agora reforçado pelos controles impostos pelo Estatuto do Desarmamento, se consolida a tendência de queda nos grandes polos da violência tradicionais e seu deslocamento para municípios do interior e/ou novos polos. Como pode ser observado na tabela 5.5, se até meados da década de 1990, os municípios com mais de 100 mil habitantes lideram o crescimento dos HAF, a partir de 2003 a violência homicida desses municípios ou estagna, ou tende a cair drasticamente, como no caso das cidades com mais de 500 mil habitantes, cujos HAF no período caem 22,4%.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.
 *2014: dados preliminares.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.
 *2014: dados preliminares.

Tab. 5.5. Evolução das taxas de HAF segundo tamanho dos municípios.

Brasil. 1980/;2014*

Tamanho do município (número de habitantes)	Taxas de HAF (por 100 mil)					Crescimento %				
	1980	1994	1997	2003	2014*	1980/1994	1994/1997	1997/2003	2003/2014	1980/2014
Até 5 mil	1,4	2,4	2,9	3,8	5,1	71,5	20,5	30,2	34,7	262,4
de 5 a -10 mil	1,7	3,0	3,7	4,6	7,7	81,3	21,3	25,8	66,1	359,6
de 10 a -20 mil	2,1	3,8	5,0	6,3	10,1	78,1	29,6	28,0	59,5	371,0
de 20 a -50 mil	3,0	4,8	6,4	9,1	14,9	58,6	34,0	42,6	64,2	397,6
de 50 a -100 mil	3,5	7,6	9,8	14,0	19,7	115,6	28,7	43,5	40,6	459,9
de 100 a -200 mil	4,7	13,5	15,7	20,8	22,4	185,7	16,5	32,6	7,7	375,5
de 200 a -500 mil	6,9	17,1	20,1	28,6	26,4	149,0	17,0	42,8	-8,0	282,8
500 mil e mais	10,2	23,8	29,7	35,5	27,6	132,0	24,9	19,8	-22,4	169,4

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. Nota: 2014. Dados preliminares

6. Homicídios por armas de fogo nos municípios

As fontes utilizadas para desagregar os HAF nos municípios foram:

- o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, para o número de homicídios;
- para os dados de população municipal, necessários para estimar as taxas de HAF que resultam da relação entre o número de incidentes registrados em determinado município e sua população, foram utilizadas as estimativas de população do IBGE fornecidas para que o Tribunal de Contas da União (TCU) estabelecesse as cotas para os Fundos de Participação dos Municípios (FPM).

Algumas ressalvas devem ser colocadas antes de entrar diretamente no tema. Ao desagregar os dados para os municípios, as taxas podem apresentar fortes oscilações de um ano para outro, principalmente nos municípios de menor porte. Para dar um mínimo de estabilidade a nossos indicadores municipais, optou-se por:

- trabalhar com a média de HAF dos três últimos anos com dados disponíveis: 2012, 2013 e 2014. Desta forma, a taxa foi calculada relacionando a média de HAF dos anos 2012 a 2014, com a média das estimativas de população do município para esses anos;
- calcular as taxas só para os municípios com mais de 10 mil habitantes, que, utilizando a média da população estimada para os anos 2012-2014, representam um total de 3.084 municípios: 55,4% do total de 5.565 municípios reconhecidos pelo IBGE nesses anos;
- esses 3.084 municípios concentram 98% do total de HAF do país;
- não foram considerados 5 municípios, criados em 2013, por não constarem ainda nos registros do SIM/MS: Pescaria Brava e Balneário Rincão, em Santa Catarina; Mojuí dos Campos, no Pará; Pinto Bandeira, no Rio Grande do Sul e Paraíso das Águas, no Mato Grosso do Sul;
- os dados das capitais, consideradas como municípios, diferem dos índices do capítulo anterior: neste capítulo, para dar comparabilidade, se opera com a taxa média dos últimos 3 anos.

Nas tabelas, a seguir, são detalhados os 150 municípios com as maiores taxas médias de HAF. A lista completa, com os 5.565 municípios, pode ser encontrada no *site* www.mapadaviolencia.org.br.

Tal como aconteceu quando analisamos o panorama dos homicídios em Mapas anteriores, a desagregação por município evidencia a existência de diferentes e/ou novas configurações de **focos** de violência, além dos já tradicionais – centrados nas capitais e regiões metropolitanas:

- **Novos Polos de Crescimento no interior dos estados ou em estados sem tradição desenvolvimentista.** Consolida-se, durante a década de 1990, um processo de desconcentração econômica que origina a emergência de novos polos atrativos de investimentos, força de trabalho, migrações e oferta de emprego. Somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos.
- **Municípios de Fronteira:** municípios de pequeno e médio porte que, por sua localização estratégica em áreas de fronteira internacional, são rota de grandes organizações transnacionais de contrabando de produtos ou armas, pirataria e tráfico de drogas.
- **Municípios do Arco do Desmatamento Amazônico** permeados por trabalho escravo, madeireiras ilegais, grilagem de terras, extermínio de comunidades indígenas locais, muitas vezes, em função de grandes empreendimentos agrícolas que demandam terras “desocupadas”, com o amparo de fortes interesses políticos e financeiros locais.
- **Municípios de Turismo Predatório.** Localizados, principalmente, na orla marítima, atraem turismo de fins de semana flutuante e altamente predatório.
- **Municípios de Violência Tradicional,** que existem e subsistem ao longo do tempo, como o “polígono da maconha” de Pernambuco ou grotões de clientelismo político.

Tabela 6.1. HAF e taxas médias 2012-2014* de HAF (por 100 mil) nos 150 municípios com mais de 10.000 habitantes, com maiores taxas médias. Brasil, 2012-2014*.

Município	UF	N. HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Pos. Nac.
		2012	2013	2014*			
Mata de São João	BA	58	32	45	43.753	102,9	1º
Murici	AL	20	38	26	27.796	100,7	2º
Satuba	AL	13	20	9	14.666	95,5	3º
Conde	PB	19	22	24	22.941	94,4	4º
Eusébio	CE	41	45	52	49.252	93,4	5º
Pilar	AL	38	34	24	34.593	92,5	6º
Ananindeua	PA	456	497	401	492.524	91,6	7º
Simões Filho	BA	140	113	97	127.670	91,4	8º
Pojuca	BA	26	26	42	35.906	87,3	9º
Lauro de Freitas	BA	163	151	153	181.146	85,9	10º
Marechal Deodoro	AL	40	49	37	49.290	85,2	11º
Quixeré	CE	12	25	17	21.154	85,1	12º
Itabuna	BA	197	139	186	214.311	81,2	13º
Porto Seguro	BA	125	109	103	138.643	81,0	14º
Rio Largo	AL	70	56	48	72.018	80,5	15º
Santa Rita	PB	107	116	88	129.597	80,0	16º
Itaitinga	CE	21	31	38	37.550	79,9	17º
Arapiraca	AL	175	175	188	225.036	79,7	18º
Tabuleiro do Norte	CE	22	32	16	29.894	78,1	19º
Horizonte	CE	35	52	54	60.335	77,9	20º
Maceió	AL	761	811	710	985.148	77,2	21º
Jaguaribara	CE	7	7	11	10.848	76,8	22º
Fortaleza	CE	1718	1998	2026	2.541.299	75,3	23º
Santa Cruz Cabrália	BA	10	24	28	27.507	75,1	24º
Macaíba	RN	30	84	54	74.673	75,0	25º
São José de Mipibu	RN	22	38	34	41.876	74,8	26º
São Joaquim de Bicas	MG	15	24	20	27.780	70,8	27º
Serra	ES	315	320	307	455.438	68,9	28º
Presidente Dutra	MA	35	26	34	45.991	68,9	29º
Eunápolis	BA	77	67	75	108.488	67,3	30º
Coruripe	AL	44	25	41	55.008	66,7	31º
Russas	CE	28	50	67	73.134	66,1	32º
Aquiraz	CE	48	60	42	75.873	65,9	33º
Baraúna	RN	10	24	17	26.041	65,3	34º
Valença	BA	60	69	55	94.371	65,0	35º
São Sebastião	AL	15	29	21	33.432	64,8	36º
Camaçari	BA	173	167	186	270.742	64,8	37º
Santana do Ipanema	AL	23	31	36	46.799	64,1	38º
Piaçabuçu	AL	5	9	20	17.729	63,9	39º
São José da Laje	AL	12	11	22	23.568	63,6	40º
São Miguel dos Campos	AL	38	30	43	58.409	63,3	41º

(continua)

Tab. 6.1. (continuação)

Município	UF	N. HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Pos. Nac.
		2012	2013	2014*			
Ribeirópolis	SE	3	5	26	17.908	63,3	42°
Extremoz	RN	19	15	16	26.369	63,2	43°
João Pessoa	PB	499	479	464	764.274	62,9	44°
Joaquim Gomes	AL	14	21	9	23.536	62,3	45°
Itaparica	BA	23	8	10	21.933	62,3	46°
Pinheiros	ES	20	18	9	25.539	61,3	47°
Paraty	RJ	23	24	25	39.380	60,9	48°
Cabo de Santo Agostinho	PE	140	125	87	194.586	60,3	49°
Mossoró	RN	140	167	194	277.120	60,3	50°
Itabela	BA	9	20	25	30.093	59,8	51°
Guaira	PR	22	21	14	31.866	59,6	52°
Alagoinhas	BA	93	94	80	149.863	59,4	53°
Campina Grande do Sul	PR	32	25	15	40.637	59,1	54°
Cabo Frio	RJ	105	99	150	200.021	59,0	55°
Marituba	PA	60	74	73	117.091	58,9	56°
Planaltina	GO	35	60	54	85.204	58,3	57°
Capela	AL	8	10	12	17.195	58,2	58°
São Luís	MA	456	658	717	1.052.576	58,0	59°
Alvorada	RS	130	88	132	202.625	57,6	60°
Ilhéus	BA	130	112	73	184.760	56,8	61°
Areia Branca	SE	7	11	12	17.662	56,6	62°
Viçosa	AL	17	10	17	25.974	56,5	63°
Marabá	PA	163	135	124	250.843	56,1	64°
Chorozinho	CE	6	13	13	19.108	55,8	65°
Teixeira de Freitas	BA	99	73	80	150.682	55,7	66°
Dias d'Ávila	BA	40	40	43	73.785	55,6	67°
Coronel Sapucaia	MS	5	7	12	14.524	55,1	68°
Maju	PA	18	48	57	74.487	55,0	69°
Entre Rios	BA	14	27	28	41.883	54,9	70°
Atalaia	AL	25	26	25	46.244	54,8	71°
Maracanaú	CE	109	119	127	217.025	54,5	72°
Santa Helena de Goiás	GO	19	25	17	37.647	54,0	73°
Senador Pompeu	CE	15	13	15	26.546	54,0	74°
Maribondo	AL	7	5	10	13.638	53,8	75°
Cajueiro	AL	11	12	11	21.122	53,7	76°
Ibirapitanga	BA	22	10	6	23.620	53,6	77°
Cariacica	ES	231	169	187	369.107	53,0	78°
Novo Progresso	PA	12	15	13	25.174	53,0	79°
Alexânia	GO	7	21	12	25.219	52,9	80°
Palmeira dos Índios	AL	43	36	36	72.665	52,8	81°
Itapebi	BA	3	10	4	10.750	52,7	82°

(continua)

Tab. 6.1. (continuação)

Município	UF	N. HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Pos. Nac.
		2012	2013	2014*			
São Sebastião do Passé	BA	20	26	24	44.289	52,7	83°
Teotônio Vilela	AL	17	24	27	43.099	52,6	84°
Luziânia	GO	109	89	91	186.301	51,7	85°
Tailândia	PA	52	45	42	89.975	51,5	86°
Fundão	ES	4	11	14	18.798	51,4	87°
Messias	AL	8	7	11	16.917	51,2	88°
Pacajus	CE	31	27	43	66.236	50,8	89°
Limoeiro do Norte	CE	25	28	34	57.136	50,8	90°
Laranjeiras	SE	8	13	22	28.270	50,7	91°
Primavera do Leste	MT	16	32	36	55.270	50,7	92°
Caucaia	CE	149	193	177	343.518	50,4	93°
Moita Bonita	SE	2	5	10	11.253	50,4	94°
Ariquemes	RO	51	55	43	98.959	50,2	95°
Almirante Tamandaré	PR	60	55	49	109.100	50,1	96°
Valparaíso de Goiás	GO	86	65	67	145.146	50,1	97°
Esplanada	BA	19	17	17	35.296	50,1	98°
Candeias	BA	54	38	39	87.283	50,0	99°
Betim	MG	192	207	205	402.450	50,0	100°
Altamira	PA	34	51	72	104.739	50,0	101°
União dos Palmares	AL	31	38	28	64.727	50,0	102°
Branquinha	AL	6	3	7	10.692	49,9	103°
Vera Cruz	BA	18	21	22	40.792	49,8	104°
Canavieiras	BA	11	17	21	32.962	49,6	105°
Mari	PB	17	10	5	21.535	49,5	106°
Ilha de Itamaracá	PE	13	10	12	23.710	49,2	107°
Quixadá	CE	25	51	46	83.644	48,6	108°
Aparecida de Goiânia	GO	235	235	252	495.387	48,6	109°
Várzea Grande	MT	114	108	160	262.288	48,5	110°
Mangaratiba	RJ	17	20	20	39.140	48,5	111°
Buritis	RO	34	11	7	35.720	48,5	112°
Irecê	BA	30	32	41	70.766	48,5	113°
Rio Formoso	PE	6	11	16	22.803	48,2	114°
Santo Amaro das Brotas	SE	3	5	9	11.795	48,0	115°
Patos	PB	63	44	43	104.089	48,0	116°
Alhandra	PB	5	10	12	18.750	48,0	117°
Propriá	SE	13	14	15	29.214	47,9	118°
Natal	RN	356	419	437	844.521	47,8	119°
Jequié	BA	77	72	78	158.304	47,8	120°
Itabaiana	SE	49	41	40	91.035	47,6	121°
Santo Antônio do Descoberto	GO	30	44	22	67.319	47,5	122°
Senador Canedo	GO	41	55	38	93.971	47,5	123°

(continua)

Tab. 6.1. (final)

Município	UF	N. HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Pos. Nac.
		2012	2013	2014*			
Olho d'Água das Flores	AL	9	8	13	21.177	47,2	124º
Rondonópolis	MT	71	123	99	207.349	47,1	125º
Imperatriz	MA	99	118	137	251.284	47,0	126º
Redenção	CE	4	12	22	26.977	47,0	127º
Aracaju	SE	264	276	313	608.681	46,7	128º
São Bento	PB	10	17	18	32.433	46,2	129º
Ituberá	BA	16	12	11	28.168	46,2	130º
Quirinópolis	GO	10	24	29	45.736	45,9	131º
Lagoa de Itaenga	PE	6	8	15	21.062	45,9	132º
Major Isidoro	AL	9	8	10	19.641	45,8	133º
Lucena	PB	5	6	6	12.375	45,8	134º
Alcobaça	BA	10	8	13	22.578	45,8	135º
Nísia Floresta	RN	13	13	9	25.503	45,7	136º
Morada Nova	CE	23	30	32	62.030	45,7	137º
São Mateus	ES	57	57	47	118.408	45,3	138º
Cabedelo	PB	42	28	15	62.540	45,3	139º
Goiânia	GO	564	639	664	1.379.902	45,1	140º
Ibateguara	AL	7	8	6	15.575	44,9	141º
Juazeiro do Norte	CE	117	104	129	260.214	44,8	142º
Igarapé-Miri	PA	19	32	29	59.515	44,8	143º
Colniza	MT	10	16	15	30.629	44,6	144º
Vitória da Conquista	BA	158	130	155	331.023	44,6	145º
Jaguaretama	CE	5	6	13	17.966	44,5	146º
Parauapebas	PA	81	65	88	175.425	44,5	147º
Vitória	ES	163	153	141	344.511	44,2	148º
Formosa	GO	54	55	33	107.404	44,1	149º
Salvador	BA	1.367	1.268	1.102	2.832.526	44,0	150º

Fonte: Processamento do Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Cada uma dessas *configurações* apresenta modos específicos e diferenciados de produção de violência armada, demandando abordagens também diferenciadas para seu enfrentamento e erradicação.

Podemos observar, na Tabela 6.1, que dois municípios do país ultrapassam a inacreditável marca dos 100 HAF por 100 mil habitantes: Mata de São João, na Bahia e Murici, em Alagoas.

A maior parte desses municípios vem aparecendo nos primeiros lugares da violência nacional há alguns anos e, apesar da sua identificação, não se observam significativos reflexos.

Tabela 6.2. Número e % de municípios por UF que participam do Mapa da Violência 2016, Brasil, 2012/2014*.

UF	Municípios		
	Total	Nos 150	%
Alagoas	102	27	26,5
Ceará	184	20	10,9
Sergipe	75	8	10,7
Espírito Santo	78	6	7,7
Bahia	417	29	7,0
Pará	143	9	6,3
Goiás	246	11	4,5
Rio de Janeiro	92	4	4,3
Rio Grande do Norte	167	7	4,2
Paraíba	223	9	4,0
Rondônia	52	2	3,8
Mato Grosso	141	4	2,8
Pernambuco	185	4	2,2
Maranhão	217	3	1,4
Mato Grosso do Sul	78	1	1,3
Paraná	399	3	0,8
Minas Gerais	853	2	0,2
Rio Grande do Sul	496	1	0,2
Acre	22	0	0,0
Amapá	16	0	0,0
Amazonas	62	0	0,0
Distrito Federal	1	0	0,0
Piauí	224	0	0,0
Roraima	15	0	0,0
Santa Catarina	293	0	0,0
São Paulo	645	0	0,0
Tocantins	139	0	0,0

Fonte: Processamento do Mapa da Violência 2016.

*2014: Dados preliminares.

A Tabela 6.2 permite verificar, para cada UF, a participação dos municípios entre os 150 mais violentos quanto aos assassinatos por armas de fogo. Em Alagoas, vemos que 27 dos 102 municípios do estado se encontram na lista, isto é, 26,5%. Também Ceará e Sergipe têm elevada incidência: acima de 10%. Mas vemos que nove UFs: Acre, Amapá, Amazonas, Piauí, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, além do Distrito Federal, não têm municípios incluídos entre os 150 com maiores índices de HAF.

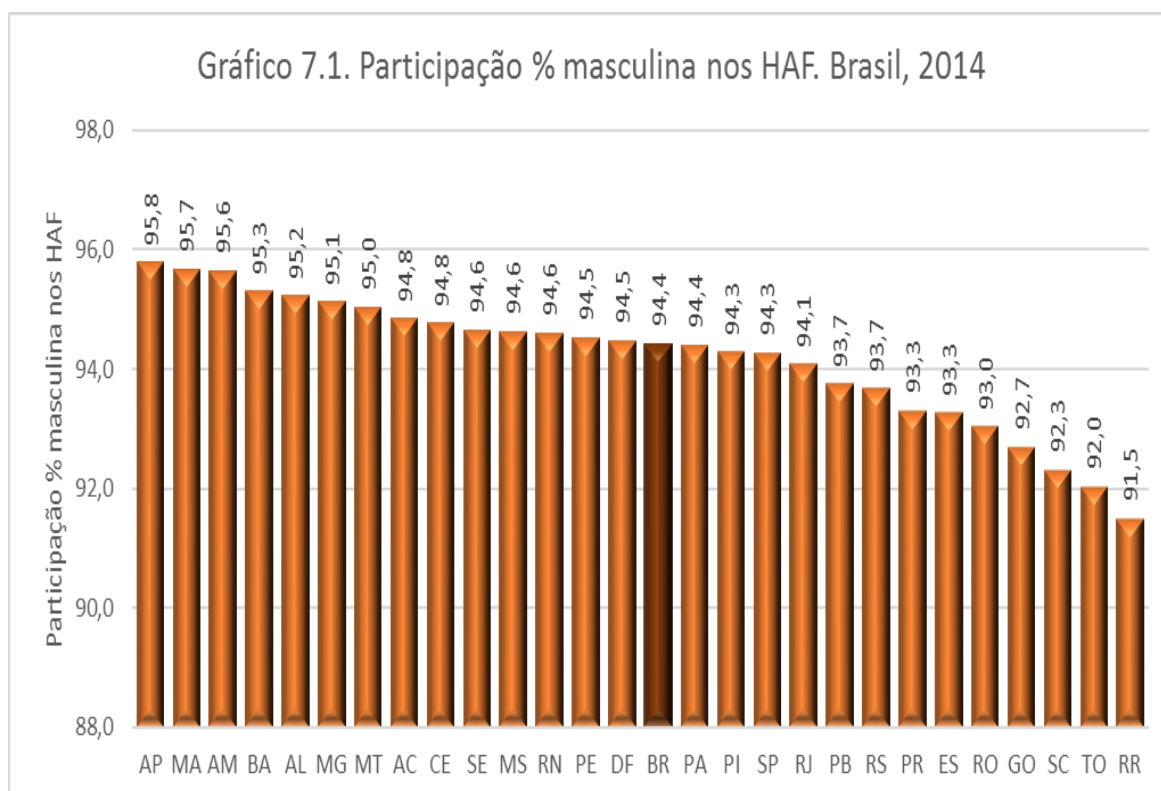
7. Sexo das vítimas

Tentaremos, neste e nos dois capítulos a seguir, delinear um sintético perfil das vítimas dos HAF. Perfil muito limitado, em função da escassez de dados disponíveis.

Em primeiro lugar, o sexo das vítimas dos HAF. Duas questões saltam à vista na Tabela e no Gráfico 7.1.

A primeira é a quase exclusiva masculinidade das vítimas dos HAF: 94,4% na média nacional.

A segunda é a enorme homogeneidade existente entre os estados e regiões do país, nesse aspecto. Efetivamente, todos oscilam entre 91% e 96% de masculinidade das vítimas.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Tab. 7.1. Sexo das vítimas por Uf. Brasil. 2014

Uf/Região	Masc	Fem	% Mas
Acre	110	6	94,8
Amapá	136	6	95,8
Amazonas	723	33	95,6
Pará	2.186	130	94,4
Rondônia	360	27	93,0
Roraima	43	4	91,5
Tocantins	150	13	92,0
Norte	3.708	219	94,4
Alagoas	1.731	87	95,2
Bahia	4.228	209	95,3
Ceará	3.593	199	94,8
Maranhão	1.586	72	95,7
Paraíba	1.167	78	93,7
Pernambuco	2.381	138	94,5
Piauí	428	26	94,3
Rio Grande do Norte	1.222	70	94,6
Sergipe	848	48	94,6
Nordeste	17.184	927	94,9
Espírito Santo	1.203	87	93,3
Minas Gerais	3.173	163	95,1
Rio de Janeiro	3.360	212	94,1
São Paulo	3.316	202	94,3
Sudeste	11.052	664	94,3
Paraná	1.933	139	93,3
Rio Grande do Sul	1.922	130	93,7
Santa Catarina	455	38	92,3
Sul	4.310	307	93,4
Distrito Federal	666	39	94,5
Goiás	1.838	145	92,7
Mato Grosso	803	42	95,0
Mato Grosso do Sul	334	19	94,6
Centro-Oeste	3.641	245	93,7
Brasil	39.895	2.362	94,4

Fonte: Processamento Mapa da Violência

2014*: Dados Preliminares

8. Idade das vítimas

Como vimos constatando desde o primeiro Mapa da Violência, divulgado em 1998, a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude. Na faixa de 15 a 29 anos de idade, o crescimento da letalidade violenta foi bem mais intenso do que no resto da população. Vemos, pela Tabela 8.1, que, no **conjunto da população**, o número de HAF passou de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014: crescimento de 592,8%. Mas, na faixa jovem, este crescimento foi bem maior: pula de 3.159 HAF, em 1980, para 25.255, em 2014: crescimento de 699,5%.

Tabela A6: 182a 8.1. Número de homicídios por AF: Total e Jovem (15 a 29 anos) - Vitimização Juvenil (%). Brasil, 1980/2014*.

Ano	Vítimas		Vitim.	Ano	Vítimas		Vitim.
	Total	Jovem	Juvenil		Total	Jovem	Juvenil
1980	6.104	3.159	51,8	2000	30.865	18.252	59,1
1981	6.452	3.325	51,5	2001	33.401	19.800	59,3
1982	6.313	3.118	49,4	2002	34.160	20.567	60,2
1983	6.413	3.215	50,1	2003	36.115	21.755	60,2
1984	7.947	4.061	51,1	2004	34.187	20.827	60,9
1985	8.349	4.482	53,7	2005	33.419	20.336	60,9
1986	8.803	4.750	54,0	2006	34.921	20.939	60,0
1987	10.717	5.711	53,3	2007	34.147	20.546	60,2
1988	10.735	5.760	53,7	2008	35.676	21.475	60,2
1989	13.480	7.513	55,7	2009	36.624	21.912	59,8
1990	16.588	9.193	55,4	2010	36.792	21.843	59,4
1991	15.759	8.560	54,3	2011	36.737	21.594	58,8
1992	14.785	7.718	52,2	2012	40.077	23.867	59,6
1993	17.002	9.317	54,8	2013	40.369	23.984	59,4
1994	18.889	10.455	55,3	2014*	42.291	25.255	59,7
1995	22.306	12.168	54,6	Total	830.420	481.683	58,0
1996	22.976	12.428	54,1	Δ % 1980/2003	491,7	588,7	16,4
1997	24.445	13.680	56,0	Δ % 2003/2014*	17,1	16,1	-0,9
1998	25.674	14.643	57,0	Δ % 1980/2014*	592,8	699,5	15,4
1999	26.902	15.475	57,5				

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. *2014: dados preliminares.

Fato altamente preocupante: segundo estimativas do IBGE, os jovens de 15 a 29 anos de idade representavam, aproximadamente, 26% da população total do país no período analisado. Mas a participação juvenil no total de HAF mais que duplica o peso demográfico dos jovens: 58%.

Também vemos, nessa tabela, que a tendência da participação juvenil nos HAF foi crescente até 2005, evidenciando dois períodos:

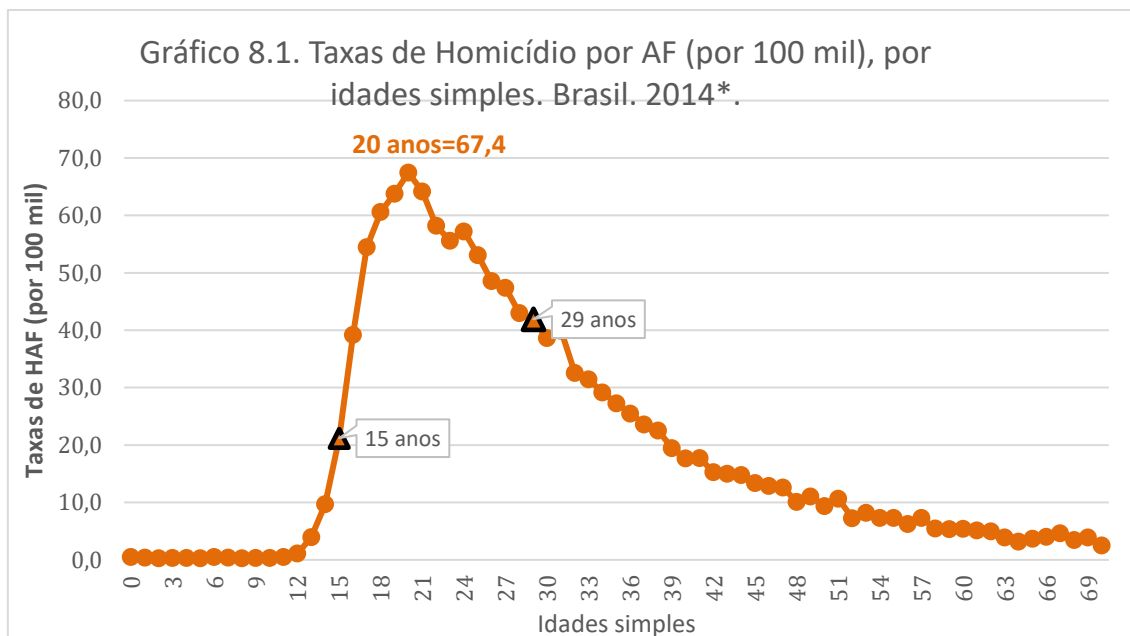
- de 1980 a 2005: as taxas crescem, evidenciando uma escalada de mortalidade entre os jovens. De uma percentagem em torno de 50%, no início da série histórica, a participação juvenil eleva-se para 60% na metade da primeira década do presente século;
- de 2005 a 2014: as taxas de participação juvenil param de crescer e até se observa um leve decréscimo.

A Tabela e o Gráfico 8.2 detalham a distribuição dos HAF no ano de 2014, segundo as idades simples das vítimas.

Tab 8.2 Taxas de HAF (por 100 mil) por idades simples. Brasil. 2014*

Idade	Taxa	Idade	Taxa	Idade	Taxa
0	0,5	24	57,2	47	12,6
1	0,4	24	57,2	48	10,1
2	0,3	25	53,1	49	11,0
3	0,3	26	48,6	50	9,4
4	0,4	27	47,4	51	10,6
5	0,3	28	43,0	52	7,3
6	0,5	29	41,9	53	8,2
7	0,4	30	38,6	54	7,3
8	0,3	31	39,9	55	7,3
9	0,3	32	32,6	56	6,2
10	0,3	33	31,4	57	7,3
11	0,5	34	29,2	58	5,5
12	1,1	35	27,3	59	5,4
13	4,0	36	25,5	60	5,4
14	9,7	37	23,6	61	5,1
15	21,2	38	22,5	62	4,9
16	39,2	39	19,5	63	3,9
17	54,5	40	17,7	64	3,2
18	60,6	41	17,7	65	3,7
19	63,8	42	15,3	66	4,0
20	67,4	43	15,0	67	4,6
21	64,2	44	14,8	68	3,4
22	58,2	45	13,4	69	3,9
23	55,6	46	12,9	70 e +	2,5

Fonte: Processamento Mapa da Violência. *2014: Dados Preliminares



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

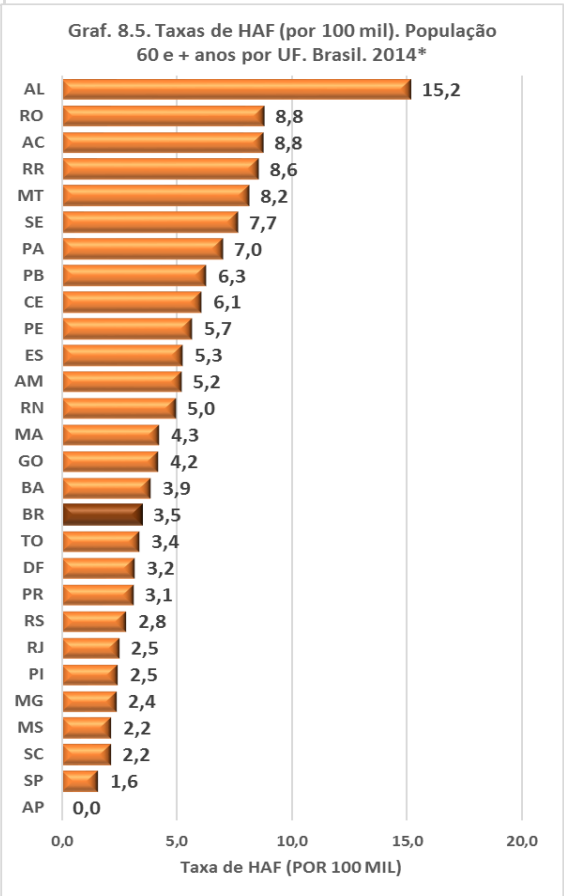
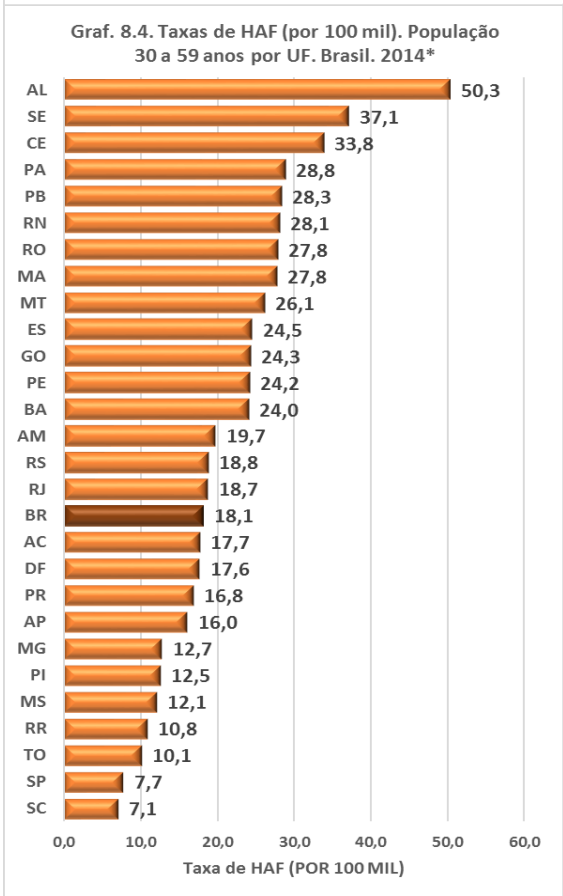
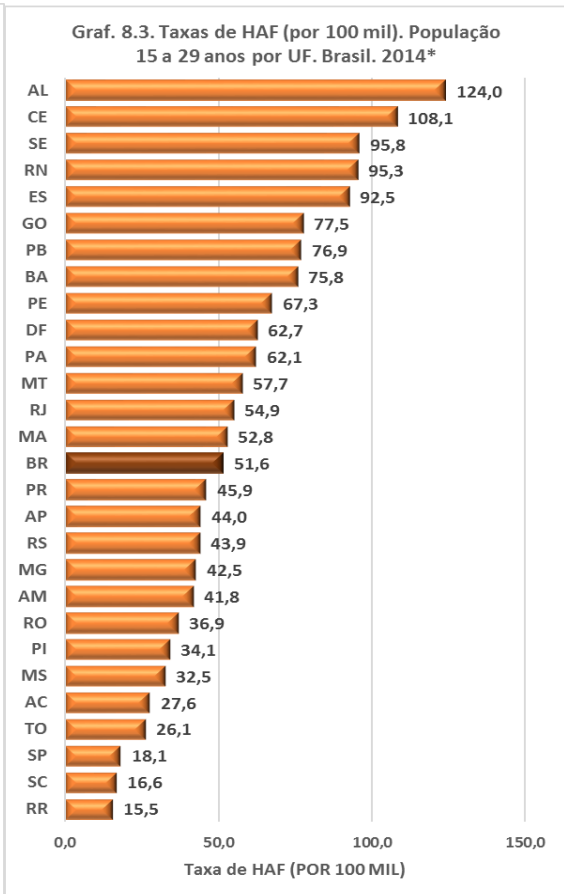
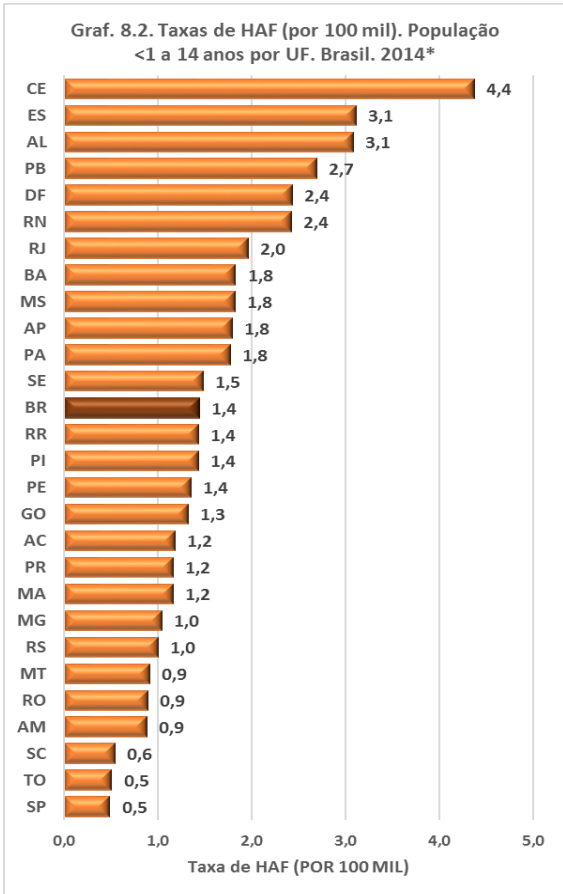
Pode ser vista a enorme concentração de mortalidade nas idades jovens, com pico nos 20 anos de idade, quando os homicídios por AF atingem a impressionante marca de 67,4 mortes por 100 mil jovens. Mas a escalada de violência começa nos 13 anos de idade, quando as taxas iniciam uma pesada espiral, passando de 1,1 HAF, nos 12 anos, para 4,0, nos 13 anos, quadruplicando a incidência da letalidade e crescendo de forma contínua até os 20 anos de idade.

Também vemos, pela Tabela 8.1, que todo o peso da vitimização das armas de fogo recai na faixa jovem, faixa na qual, preferencialmente, são descarregadas as balas dessas armas.

Tabela 8.3. Número e taxas de HAF nas Ufs (por 100 mil), segundo faixa etária. Brasil, 2014*.

UF / região / faixa etária	Número				Taxas (por 100 mil)			
	<1 a 14	15 a 29	30 a 59	60 e +	<1 a 14	15 a 29	30 a 59	60 e +
Acre	3	60	47	5	1,2	27,6	17,7	8,8
Amapá	4	95	43	0	1,8	44	16	0
Amazonas	10	449	273	16	0,9	41,8	19,7	5,2
Pará	40	1.333	836	56	1,8	62,1	28,8	7
Rondônia	4	167	194	14	0,9	36,9	27,8	8,8
Roraima	2	22	20	3	1,4	15,5	10,8	8,6
Tocantins	2	97	57	6	0,5	26,1	10,1	3,4
Norte	65	2.223	1.470	100	1,3	48,1	23,5	6,3
Alagoas	26	1.123	615	54	3,1	124	50,3	15,2
Bahia	64	2.818	1.433	77	1,8	75,8	24	3,9
Ceará	88	2.487	1.125	75	4,4	108,1	33,8	6,1
Maranhão	23	950	643	33	1,2	52,8	27,8	4,3
Paraíba	25	754	430	33	2,7	76,9	28,3	6,3
Pernambuco	29	1.530	863	75	1,4	67,3	24,2	5,7
Piauí	11	280	151	10	1,4	34,1	12,5	2,5
Rio Grande do Norte	18	871	383	20	2,4	95,3	28,1	5
Sergipe	8	550	317	20	1,5	95,8	37,1	7,7
Nordeste	292	11.363	5.960	397	2,2	79,5	27,9	5,5
Espírito Santo	26	838	398	28	3,1	92,5	24,5	5,3
Minas Gerais	44	2.107	1.102	71	1	42,5	12,7	2,4
Rio de Janeiro	60	2.002	1.295	73	2	54,9	18,7	2,5
São Paulo	42	1.847	1.457	105	0,5	18,1	7,7	1,6
Sudeste	172	6.794	4.252	277	1	34,4	11,8	2,2
Paraná	27	1.195	787	48	1,2	45,9	16,8	3,1
Rio Grande do Sul	21	1.080	892	55	1	43,9	18,8	2,8
Santa Catarina	7	254	210	21	0,6	16,6	7,1	2,2
Sul	55	2.529	1.889	124	1	38,4	15,2	2,8
Distrito Federal	15	445	216	10	2,4	62,7	17,6	3,2
Goiás	19	1.245	652	35	1,3	77,5	24,3	4,2
Mato Grosso	7	454	350	28	0,9	57,7	26,1	8,2
Mato Grosso do Sul	11	202	131	7	1,8	32,5	12,1	2,2
Centro-Oeste	52	2.346	1.349	80	1,5	63	21,3	4,4
Brasil	636	25.255	14.920	978	1,4	51,6	18,1	3,5

Fonte: Processamento Mapa da Violência. *2014: Dados Preliminares



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.
*2014: dados preliminares.

9. A cor das vítimas

Existe uma enorme escassez de fontes e poucas alternativas para estudar a questão da cor das vítimas na mortalidade por armas de fogo.

O Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) é a única fonte que levanta esse quesito em nível nacional, com critérios relativamente uniformes, até os dias de hoje. Mas só incorporou o indicador de raça/cor em 1996, quando mudou sua sistemática, passando da Classificação Internacional de Doenças 9 para a 10 (CID9/CID10), seguindo a metodologia proposta pela Organização Mundial da Saúde. Nos primeiros anos, a subnotificação nesse campo foi muito elevada¹⁶, mas foi melhorando rapidamente. Em 2002, quando a identificação de raça/cor já era registrada para 92,6% das vítimas de homicídio, consideramos o nível suficiente para iniciar nossas análises sobre o tema.

Nossas fontes para estimar a população por raça ou cor para o cálculo das taxas são, em primeiro lugar, os Censos Demográficos realizados pelo IBGE. A coleta desse dado é feita por autotclassificação do entrevistado, que deve escolher uma dentre cinco opções: *Branca, Preta, Parda, Amarela* ou *Indígena*. Já nas declarações de óbito, nossa fonte para mortalidade, a classificação é realizada por um agente externo ou documentação preexistente, utilizando as mesmas categorias do IBGE.

No período entre os censos demográficos, realizados a cada 10 anos, praticamente não existem fontes para estimar a população segundo raça/cor. Por esse motivo, para as estimativas de população nos anos intercensitários, deveremos utilizar os modelos de expansão populacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE. Mas, como essa expansão sofre alguns solavancos pouco explicados, que afetam as taxas, realizamos uma correção para suavizar as curvas¹⁷.

No quesito raça/cor, o Ministério da Saúde acompanha a classificação proposta pelo IBGE, que estabelece as cinco categorias acima mencionadas. Com base em pesquisas recentes, inclusive do próprio IBGE¹⁸, nas análises a seguir utilizaremos a categoria *Negro*, resultante do somatório de *Pretos* e *Pardos*. Com esse mesmo intuito, pelas dificuldades de conciliar as fontes utilizadas para a estimativa das taxas,

¹⁶ No primeiro ano da implantação, 1996, segundo o SIM, aconteceram 38.894 homicídios. No entanto, só 2.062, isto é, 5,3% têm indicação de raça/cor da vítima; 94,7%, sem indicação.

¹⁷ Utilizamos um modelo de interpolação linear a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

¹⁸ PETRUCCELLI, J.L. *A declaração de cor/raça no censo 2000. Um estudo Comparativo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

trabalharemos apenas com as categorias Branco e Negro, dado que, como podemos observar na Tabela 9.1, a incidência de indígenas e amarelos nos óbitos analisados, como também na população, é extremamente baixa e com concentração em algumas unidades federativas.

A Tabela 9.1 detalha a estrutura da mortalidade por AF em 2014, considerando as diversas categorias de raça/cor utilizadas pelo IBGE. Podemos observar que, em todas as categorias de raça/cor, o homicídio é a forma preponderante e quase exclusiva de utilização das AF: 42.291 das 44.861 mortes por AF foram homicídios (94,3%).

Tabela 9.1. Estrutura dos óbitos por AF, segundo raça/cor e causa básica.

Brasil, 2014*.

Raça/Cor	N.					%				
	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterm.	Total	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterm.	Total
Branca	104	569	9.766	296	10.735	28,0	59,5	23,1	23,8	23,9
Preta	21	37	3.459	155	3.672	5,6	3,9	8,2	12,5	8,2
Amarela	0	4	61	1	66	0,0	0,4	0,1	0,1	0,1
Parda	233	324	26.354	737	27.648	62,6	33,9	62,3	59,3	61,6
Indígena	1	4	59	4	68	0,3	0,4	0,1	0,3	0,2
Ignorado	13	18	2.592	49	2.672	3,5	1,9	6,1	3,9	6,0
Total	372	956	42.291	1.242	44.861	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Pela Tabela 9.2, vemos que:

- se no ano de 2003 foram cometidos 13.224 HAF na população branca, em 2014 esse número desce para 9.766, o que representa uma **queda de 26,1%**;
- em contrapartida, o número de vítimas negras passa de 20.291 para 29.813, **aumento de 46,9%**.

Incorporando às análises, as respectivas populações, obteremos as taxas de HAF (por 100 mil), tendo como resultados:

- para o país como um todo, queda nas taxas de HAF brancas de 14,5 por 100 mil, em 2003, para 10,6, em 2014, **diminuição de 27,1%**;
- concomitante crescimento de 24,9 HAF por 100 mil negros, em 2003, para 27,4 em 2014, **aumento de 9,9%**.

Tabela 9.2. Número e Taxas de HAF (por 100 mil), segundo cor e UF/região.
Brasil, 2003/2014*.

UF/REGIÃO	Homicídios por AF				Taxas (por 100 mil)			
	Branca		Negra		Branca		Negra	
	2003	2014*	2003	2014*	2003	2014*	2003	2014*
Acre	12	27	33	86	9,9	3,0	10,5	14,5
Amapá	4	13	68	123	3,1	6,9	18,7	21,8
Amazonas	18	50	152	686	2,8	5,9	8,8	23,3
Pará	96	136	754	2.115	7,5	8,4	21,1	33,3
Rondônia	109	105	251	275	30,5	19,1	38,3	23,0
Roraima	7	6	30	32	13,0	5,4	12,9	8,8
Tocantins	31	37	82	122	10,4	11,2	8,8	10,5
Norte	277	374	1.370	3.439	9,6	9,8	17,6	26,1
Alagoas	47	60	473	1.702	5,2	6,4	23,6	71,7
Bahia	114	289	1.241	3.999	3,8	9,5	12,0	33,3
Ceará	92	193	382	1.956	3,5	7,2	7,5	31,7
Maranhão	50	150	275	1478	3,4	11,6	6,3	26,7
Paraíba	34	64	368	1.075	2,5	4,5	16,8	43,4
Pernambuco	433	281	2.967	2.178	13,9	9,1	59,1	35,6
Piauí	17	26	120	369	2,5	3,3	5,4	15,3
Rio Grande do Norte	67	166	202	1054	5,4	12,0	12,3	52,0
Sergipe	51	69	200	822	10,9	12,4	14,3	49,7
Nordeste	905	1.298	6.228	14.633	6,1	8,6	18,2	35,9
Espírito Santo	229	169	648	1.077	15,3	10,9	37,2	46,4
Minas Gerais	768	795	1.921	2.471	8,2	9,0	21,1	20,9
Rio de Janeiro	2.145	966	3.905	2.512	24,1	12,4	65,2	29,1
São Paulo	5.388	1.763	4.042	1.697	19,9	6,5	36,2	10,3
Sudeste	8.530	3.693	10.516	7.757	18,2	8,2	37,6	19,8
Paraná	1.431	1.645	270	401	19,3	22,0	11,4	11,6
Rio Grande do Sul	1.094	1.521	263	500	12,2	17,0	17,7	22,6
Santa Catarina	301	385	66	98	6,0	6,8	10,5	9,2
Sul	2.826	3.551	599	999	13,2	16,1	13,3	14,8
Distrito Federal	91	96	539	601	9,4	8,0	44,1	36,6
Goiás	218	454	439	1.507	9,3	17,7	14,9	38,2
Mato Grosso	197	197	363	642	18,9	17,6	23,0	30,6
Mato Grosso do Sul	180	103	237	235	16,0	8,4	23,3	17,2
Centro-Oeste	686	850	1.578	2.985	12,5	14,0	23,3	33,0
Brasil	13.224	9.766	20.291	29.813	14,5	10,6	24,9	27,4

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

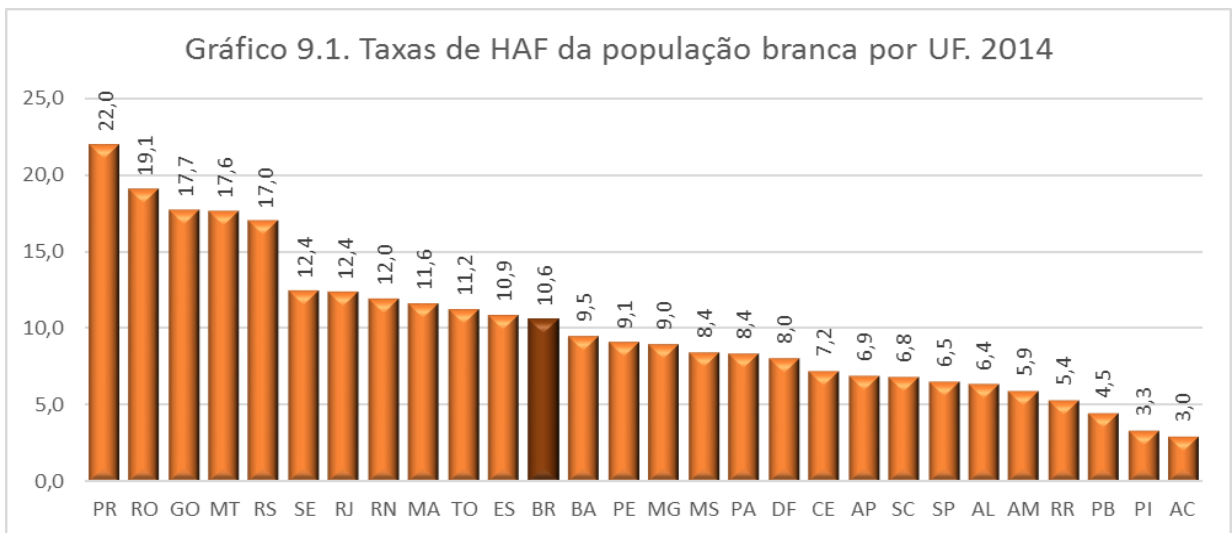
Tabela 9.3. Crescimento das taxas de HAF e vitimização negra.

Brasil, 2003 e 2014*.

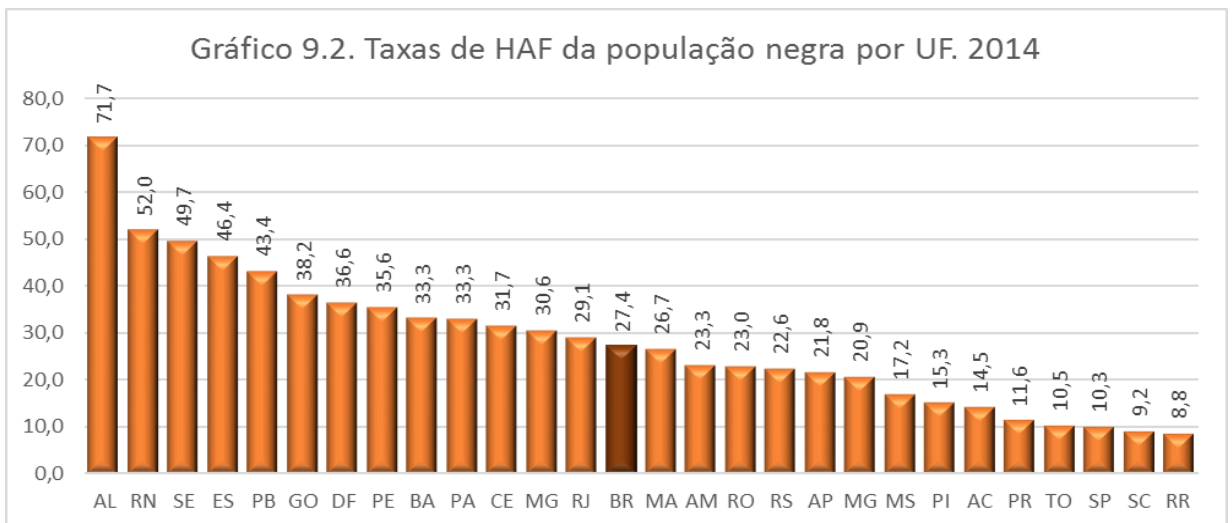
UF/REGIÃO	Δ% HAF 2003/2014*		Vitimização Negra (%)	
	Branca	Negra	2003	2014*
Acre	-69,7	38,3	6,1	384,1
Amapá	122,9	16,8	503,2	216,1
Amazonas	111,2	164,5	214,3	293,6
Pará	11,5	57,6	181,3	297,8
Rondônia	-37,5	-39,9	25,6	20,6
Roraima	-58,8	-31,7	-0,8	64,6
Tocantins	8,1	19,0	-15,4	-6,9
Norte	2,0	48,2	83,3	166,4
Alagoas	22,3	204,0	353,8	1028,2
Bahia	150,1	177,5	215,8	250,5
Ceará	107,1	322,2	114,3	336,8
Maranhão	241,7	324,4	85,3	130,1
Paraíba	79,1	158,1	572,0	868,3
Pernambuco	-34,7	-39,8	325,2	291,8
Piauí	33,9	182,8	116,0	356,4
Rio Grande do Norte	121,6	323,0	127,8	334,8
Sergipe	14,0	247,2	31,2	299,5
Nordeste	40,2	97,1	198,4	319,6
Espírito Santo	-28,9	24,7	143,1	326,7
Minas Gerais	9,8	-1,0	157,3	132,1
Rio de Janeiro	-48,7	-55,3	170,5	135,6
São Paulo	-67,2	-71,5	81,9	58,2
Sudeste	-55,1	-47,4	106,6	142,2
Paraná	13,7	1,5	-40,9	-47,3
Rio Grande do Sul	39,2	27,5	45,1	32,8
Santa Catarina	13,6	-12,0	75,0	35,5
Sul	21,8	11,4	0,8	-7,8
Distrito Federal	-14,4	-17,0	369,1	355,0
Goiás	90,6	156,6	60,2	115,7
Mato Grosso	-6,7	33,2	21,7	73,7
Mato Grosso do Sul	-47,2	-26,1	45,6	103,7
Centro-Oeste	11,7	41,7	86,4	136,5
Brasil	-27,1	9,9	71,7	158,9

Fonte: Processamento Mapa da Violência.

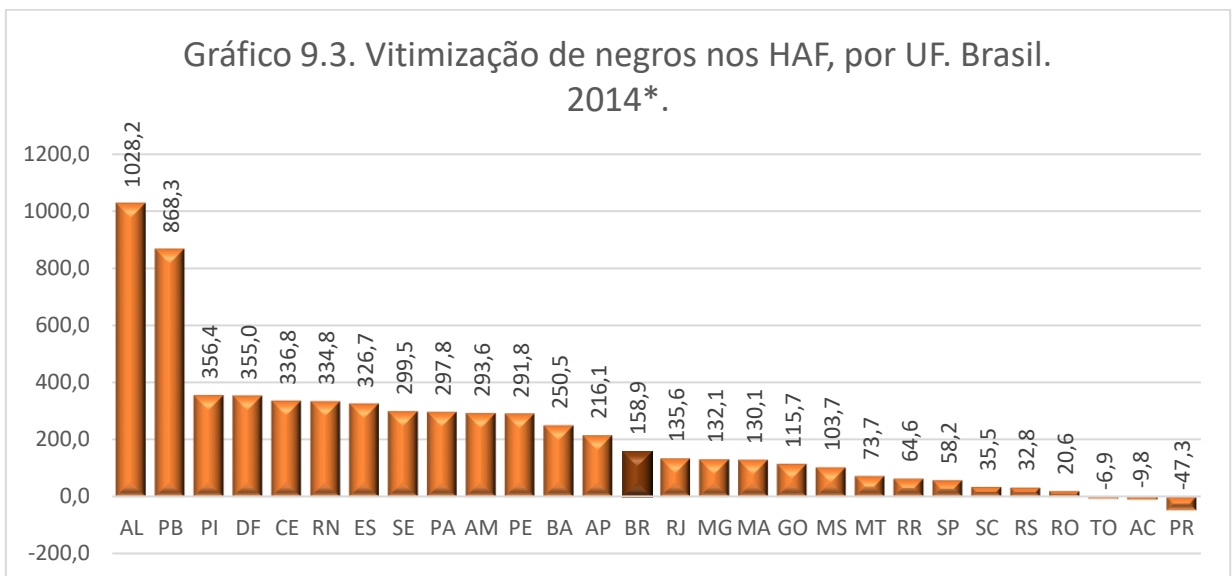
*2014: dados preliminares.



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. *2014: dados preliminares.

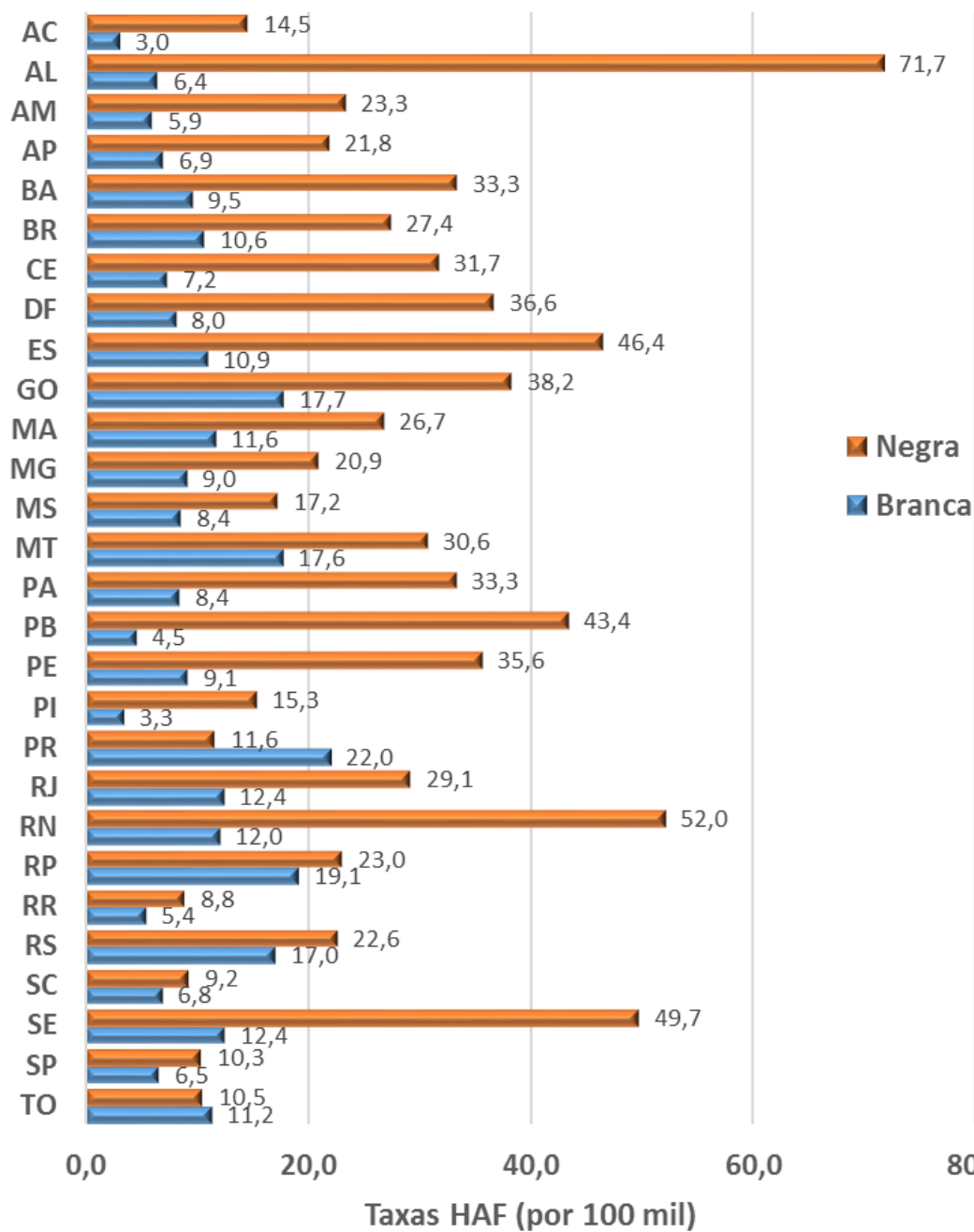


Fonte: Processamento Mapa da Violência. *2014: dados preliminares.



Fonte: Processamento Mapa da Violência. *2014: dados preliminares.

Gráfico 9.4. Taxas de HAF (por 100 mil) brancas e negras. 2014*



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

- A vitimização negra¹⁹ no país (Tabela 9.3) que, em 2003, era de 71,7% (morrem, proporcionalmente, 71,7% mais negros que brancos), pula para 158,9%, em 2014.

Percebemos, nas situações extremamente diferenciadas entre as UFs, apresentadas nas tabelas e gráficos, que apenas estudos e análises locais poderão permitir um melhor entendimento dos determinantes – para além daqueles generalizados, como a herança da escravatura ou o racismo institucional. Essa enorme diferenciação pode ser entendida ao observar:

- as largas diferenças que existem, com relação às taxas de 2014 de HAF de brancos, entre o Paraná, com 22,0 HAF por 100 mil brancos, e Piauí ou Acre, com taxas próximas de 3,0;
- largas diferenças também se observam nos homicídios de negros: Alagoas, com uma taxa de 71,7 HAF por 100 mil negros e, no outro extremo, Roraima, com taxa de 8,8;
- não existe variação concomitante entre os homicídios de brancos e de negros, isto é, variam com intensidade totalmente diferenciada. Apenas três estados – Tocantins, Acre e Paraná – matam mais brancos que negros. No Paraná, o índice de vitimização é praticamente o dobro: taxa de 22,0 HAF brancos para 11,6 de negros. Em contraposição, em Alagoas, em 2014, foram assassinados **60 brancos e 1.702 negros!** Taxas de 6,4 HAF brancos para 71,7 negros. Vitimização negra neste estado: 1.028,2% (morrem assassinados, proporcionalmente, acima de 11 negros por cada branco).

¹⁹ Entendemos por *vitimização negra* a relação entre as taxas de HAF de brancos e as taxas de HAF de negros, cujo índice positivo indica o percentual (%) a mais de mortes negras sobre as brancas; ou o percentual (%) a mais de mortes de brancos, quando o índice é negativo.

10. Estatísticas Internacionais

Com base no Sistema de Informações Estatísticas da Organização Mundial da Saúde (WHOSIS²⁰), complementado com fontes locais de 19 dos países mencionados na Tabela 10.1, foi possível elaborar um amplo panorama com dados de HAF de 100 países do mundo.

Como existem demoras e lacunas no envio das informações à OMS por parte dos países signatários, ou a divulgação por fontes de cada país, não foi possível computar dados para um único ano, pois o número seria muito limitado. Para conservar a comparabilidade e, ao mesmo tempo, ter condições de analisar o maior número de países possível, foi utilizado o intervalo de um quinquênio: 2009 a 2013. Assim, o ano utilizado para efeito da comparação pode oscilar, dentro desse intervalo, em função do último dado disponível.

Os dados populacionais para o cálculo das taxas foram obtidos, em primeiro lugar, do mesmo WHOSIS. Para superar as muitas lacunas existentes nessa base de dados, utilizou-se, também, as bases internacionais do Census, oficina de estatística dos Estados Unidos da América (EUA).

Podemos observar, na Tabela 10.1, que o Brasil, com sua taxa de 20,7 homicídios por arma de fogo por cada 100 mil habitantes, ocupa uma incômoda 10ª posição entre os 100 países analisados. Mais ainda, comparado com países tidos como civilizados, o Brasil apresenta taxa:

- infinitamente superior à de muitos países que não registraram HAF no ano de referência, como Islândia, Japão, República da Coreia, Luxemburgo, Escócia, Inglaterra e Gales, etc.;
- 207 vezes maior que a de países como Polônia, Alemanha, Áustria, Espanha, Dinamarca, dentre outros, que registram 0,1 HAF por 100 mil;
- 103 vezes maior que a de Suécia, Noruega, França, Egito ou Cuba, dentre vários outros países com taxas em torno dos 0,2 HAF por 100 mil habitantes.

²⁰ World Health Organization Statistical Information System (WHOSIS).

Tabela 10.1. Ordenamento de 100 países, segundo taxa de homicídios por AF (por 100 mil). Último ano disponível.

País	Ano	Taxa	Ordem	Fonte
Honduras	2013	66,6	1º	Local
El Salvador	2011	45,5	2º	Whosis
Ilhas Virgens (EUA)	2010	45,0	3º	Whosis
Venezuela	2010	39,0	4º	Local
Colômbia	2011	29,3	5º	Whosis
Bahamas	2010	24,5	6º	Whosis
Belize	2010	23,5	7º	Whosis
Porto Rico	2010	23,4	8º	Whosis
Guatemala	2012	22,6	9º	Whosis
Brasil	2012	20,7	10º	Whosis
Panamá	2011	17,2	11º	Whosis
Ilhas Cayman	2010	13,9	12º	Whosis
México	2012	13,6	13º	Whosis
Santa Lúcia	2012	12,3	14º	Whosis
São Vicente e Granadinas	2012	10,6	15º	Whosis
Filipinas	2003	8,9	16º	Local
Bermudas	2010	8,8	17º	Whosis
África do Sul	2010	8,2	18º	Whosis
Equador	2012	7,0	19º	Whosis
Guiana	2010	7,0	20º	Whosis
Rep Dominicana	2010	6,4	21º	Whosis
Costa Rica	2012	5,0	22º	Whosis
Paraguai	2011	5,0	23º	Whosis
EUA	2010	3,6	24º	Whosis
Uruguai	2010	2,6	25º	Whosis
Argentina	2012	2,5	26º	Whosis
Montenegro	2011	2,4	27º	Local
Nicarágua	2011	2,2	28º	Whosis
Aruba	2012	1,9	29º	Whosis
Chile	2011	1,7	30º	Whosis
Peru	2010	1,6	31º	Whosis
Barbados	2011	1,4	32º	Whosis
Chipre	2012	1,4	33º	Whosis

(continua)

Tabela 10.1 (continuação)

País	Ano	Taxa	Ordem	Fonte
Jordânia	2010	1,4	34°	Whosis
TFYR Macedônia	2010	1,1	35°	Whosis
Israel	2011	1,0	36°	Whosis
Macedônia	2011	0,9	37°	Local
Bolívia	2010	0,7	38°	Local
Sérvia	2012	0,6	39°	Whosis
Taiwan	2009	0,6	40°	Local
Grécia	2011	0,5	41°	Local
Turquia	2012	0,5	42°	Whosis
Moldova	2011	0,5	43°	Local
Armênia	2012	0,4	44°	Whosis
Bulgária	2012	0,4	45°	Whosis
Canadá	2011	0,4	46°	Whosis
Croácia	2012	0,4	47°	Whosis
República da Moldávia	2012	0,4	48°	Whosis
Bélgica	2010	0,3	49°	Whosis
Finlândia	2012	0,3	50°	Whosis
Holanda	2012	0,3	51°	Whosis
Índia	2009	0,3	52°	Local
Irlanda	2010	0,3	53°	Whosis
Itália	2011	0,3	54°	Whosis
Portugal	2012	0,3	55°	Whosis
Países Baixos	2011	0,3	56°	Local
Azerbaijão	2010	0,3	57°	Local
Ucrânia	2009	0,2	58°	Local
Suíça	2013	0,2	59°	Local
Cuba	2011	0,2	60°	Whosis
Egito	2011	0,2	61°	Whosis
Eslováquia	2010	0,2	62°	Whosis
Estônia	2012	0,2	63°	Whosis
França	2011	0,2	64°	Whosis
Hungria	2012	0,2	65°	Whosis
Látvia	2012	0,2	66°	Whosis
Noruega	2012	0,2	67°	Whosis

(continua)

Tabela 10.1 (final)

País	Ano	Taxa	Ordem	Fonte
Nova Zelândia	2010	0,2	68°	Whosis
Quirguistão	2013	0,2	69°	Whosis
República Checa	2012	0,2	70°	Whosis
Suécia	2012	0,2	71°	Whosis
Letônia	2010	0,2	72°	Local
Belarus	2009	0,1	73°	Local
Alemanha	2012	0,1	74°	Whosis
Austrália	2011	0,1	75°	Whosis
Áustria	2012	0,1	76°	Whosis
Dinamarca	2012	0,1	77°	Whosis
Espanha	2012	0,1	78°	Whosis
Geórgia	2012	0,1	79°	Whosis
Irlanda do Norte	2010	0,1	80°	Whosis
Kuwait	2012	0,1	81°	Whosis
Lituânia	2012	0,1	82°	Whosis
Polônia	2012	0,1	83°	Whosis
Cingapura	2010	0,0	84°	Local
Coreia do Sul	2011	0,0	84°	Local
Bahrain	2011	0,0	84°	Whosis
Catar	2012	0,0	84°	Whosis
Escócia	2012	0,0	84°	Whosis
Eslovênia	2010	0,0	84°	Whosis
Hong Kong SAR	2011	0,0	84°	Whosis
Inglaterra e Gales	2012	0,0	84°	Whosis
Islândia	2012	0,0	84°	Local
Japão	2011	0,0	84°	Whosis
Luxemburgo	2012	0,0	84°	Whosis
Malta	2012	0,0	84°	Whosis
Marrocos	2011	0,0	84°	Whosis
Mauritius	2012	0,0	84°	Whosis
Reino Unido	2010	0,0	84°	Whosis
Rep. da Coreia	2012	0,0	84°	Whosis
Romênia	2012	0,0	84°	Whosis

Fonte: Whosis, Locais, Census.

11. Vidas poupadas

Em setembro de 2005, visando subsidiar as discussões que antecederam o referendo de 23 de outubro desse mesmo ano, sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, a UNESCO, em conjunto com o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, realizou um estudo objetivando aprofundar o entendimento dos resultados e do impacto do Estatuto do Desarmamento e da posterior campanha de entrega voluntária de armas de fogo com contraprestação financeira²¹.

Diante da impossibilidade de utilizar delineamentos totalmente experimentais, optou-se por um modelo *quase experimental*, o Experimento de Séries Temporais, para estabelecer uma relação de determinação entre as políticas de controle de armas e os índices de mortalidade por AF. Nesse modelo, caracterizado por Campbell e Stanley²² e outros metodólogos, devem ser realizadas diversas observações antes e também depois da aplicação de um estímulo. Diferenças quantitativas ou qualitativas, observadas entre a situação anterior e a posterior à aplicação do estímulo experimental – em nosso caso, a entrada em vigor das estratégias de controle de AF, em 2004 –, podem ser tomadas como evidências do efeito ou impacto originado pelo estímulo. Se bem não elimina totalmente o possível efeito de explicações alternativas, minimiza as condições de sua existência.

Para a operacionalização do modelo das *Séries Temporais*, utilizou-se como mecanismo preditivo, no estudo de 2005, a tendência semestral dos HAF acontecidos entre os anos de 1999 e 2003. A diferença percentual entre o número de mortes por armas de fogo esperado e o efetivamente acontecido em 2004 foi considerada como o índice de impacto, positivo ou negativo, do desarmamento nas mortes por armas de fogo. Essa diferença, entre as mortes previstas e as efetivamente acontecidas, foi denominada *vidas poupadas*, indicativo do número de mortes que a política de controle de armas evitou – ou incentivou – em cada UF.

No presente estudo, como dispomos de um horizonte temporal maior, deveremos utilizar como observações preditivas os HAF registrados entre 1997 e 2003. Os

²¹ UNESCO. *Vidas poupadas: o impacto do desarmamento no Brasil*. Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139949por.pdf>>.

²² CAMPBELL, D.T. e STANLEY, J.C. *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1979.

resultados desses procedimentos encontram-se detalhados na Tabela 11.1 e no Gráfico 11.1.

No período de 1991 a 2003, utilizado como preditor, os HAF passaram de 15.759 para 36.115, um aumento de 129,2% que equivale a um crescimento anual de 7,8%.

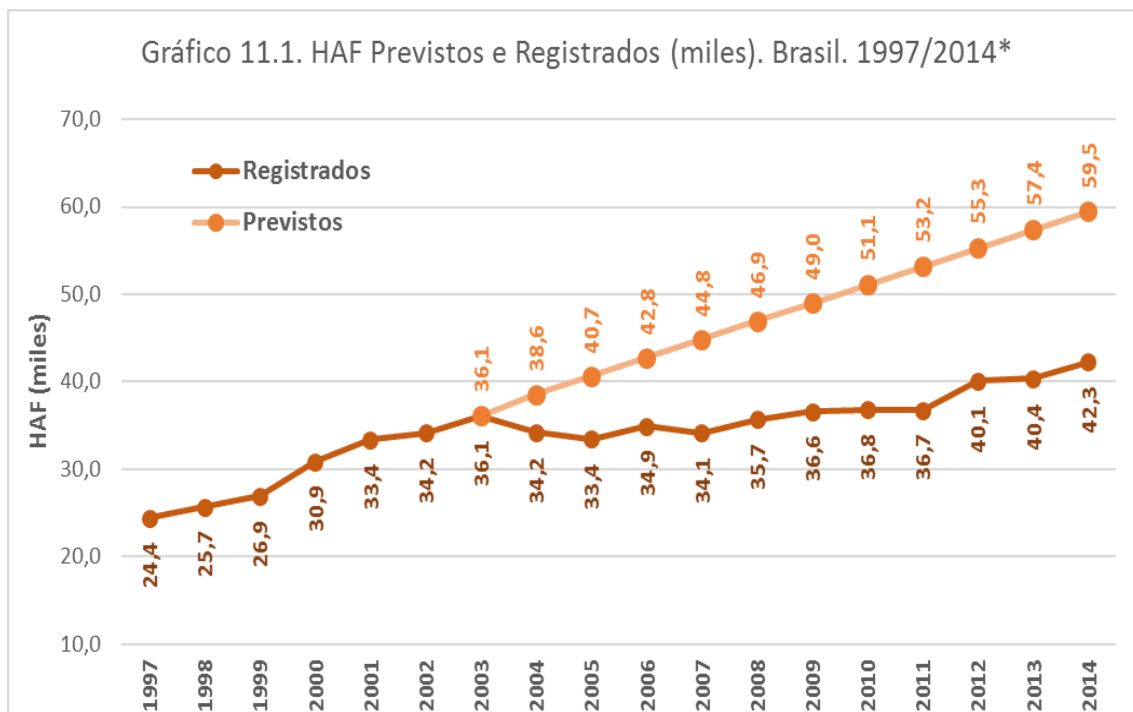
Tabela 11.1. HAF previstos (2004/2014) e registrados (1997/2014*). Brasil, 1997/2014*.

Ano	HAF		Vidas Pou- padas	Acumu- lado
	Regis- trados	Previstos		
1997	24.445			
1998	25.674			
1999	26.902			
2000	30.865			
2001	33.401			
2002	34.160			
2003	36.115			
2004	34.187	38.578	4.391	4.391
2005	33.419	40.666	7.247	11.638
2006	34.921	42.755	7.834	19.472
2007	34.147	44.843	10.696	30.168
2008	35.676	46.932	11.256	41.424
2009	36.624	49.021	12.397	53.821
2010	36.792	51.109	14.317	68.138
2011	36.737	53.198	16.461	84.599
2012	40.077	55.286	15.209	99.808
2013	40.369	57.375	17.006	116.814
2014	42.291	59.464	17.173	133.987

Fonte: Processamento do Mapa da Violência 2016.
*2014: dados preliminares.

Seguindo o ritmo de crescimento observado entre os anos 1997 e 2003, em 2004 deveriam ser esperados 38.578 homicídios, mas, segundo os registros do SIM, aconteceram 34.187. Podemos deduzir que as políticas de controle das armas de fogo determinaram uma queda de 4.391 HAF, diferença entre os quantitativos previstos, isto é, os homicídios que deveriam ter acontecido no país no ano de 2004, e os efetivamente registrados pelo SIM nesse ano.

Para 2005, o modelo utilizado indica que deveriam ter acontecido 40.666 assassinatos com AF, mas foram registrados 33.419. Nesse ano, teriam sido poupadas 7.247 vidas; somadas às vidas poupadas em 2004 (4.391), temos que, até 2005, foram evitados, em função das políticas de controle, um total de 11.638 HAF.



Fonte: Processamento do Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Continuando com o modelo, chegamos ao ano 2014, último ano com dados disponíveis. Mantendo-se a tendência de crescimento dos HAF do período pré-estatuto, deveriam acontecer 59.464 HAF, mas foram registrados 42.291. Só nesse ano, foram poupadas 17.173 vidas que, somadas às dos anos anteriores, totalizam **133.987** vidas poupadas em função do Estatuto.

12. Considerações finais

Segundo a última edição da Pesquisa de Armas Leves (*Small Arms Survey*²³), os principais países exportadores de armas de fogo, em 2012, foram, nesta ordem: Estados Unidos, Itália, Alemanha, Brasil, Áustria, Coreia do Sul, Federação Russa e China. Esse relevante quarto lugar obtido em 2012 é, de longe, a melhor posição do Brasil, elevado agora à lamentável condição de potência internacional nas exportações de armas de fogo. E não são números desprezíveis. Embora ainda longe das exportações dos Estados Unidos, o Brasil já superou potências como a Federação Russa ou a China. De acordo com o acima referido *Small Arms Survey*²⁴, teríamos, em milhões de US\$:

• Estados Unidos	935
• Itália	544
• Alemanha	472
• <u>Brasil</u>	<u>374</u>
• Áustria	268
• Coreia do Sul	275
• Federação Russa	181
• China	150

Esse estrelato parece ser o pano de fundo da intensa mobilização do setor nas eleições de 2014, visando a cooptação de grande número de parlamentares, com a clara intenção de aumentar seus negócios e lucros, apesar das duras evidências de que as armas de fogo foram o instrumento de mais de 70% dos homicídios perpetrados no país.

Atualmente, as discussões sobre o tema do vigente Estatuto do Desarmamento fatalmente desaguam em duas posturas antagônicas:

- diante das marcadas deficiências do aparelho de segurança no país, armas de fogo em mãos da população desestimulariam o crime e melhorariam a capacidade de proteção dos cidadãos, dado que a autodefesa armada aumentaria os riscos e os custos para a criminalidade;

²³ *Small Arms Survey*. Graduate Institute of International and Development Studies. Genebra, 2015.

²⁴ Que toma como base a *United Nations Commodity Trade Statistics Database* (Comtrade, das Nações Unidas).

- armas de fogo, nas mãos da população, incrementam o risco de assassinato como desfecho de conflitos ou disputas, sem contar com o incremento das mortes acidentais por uso indevido de armas de fogo.

Não há dúvida de que, por trás da atual discussão, existem poderosos interesses relacionados com o denominado *complexo industrial-militar*²⁵ nacional, hoje elevado à categoria de potência exportadora. Não é nossa intenção aprofundar, aqui, esse tema, mas é incontestável a crua e nua frieza das consequências sistemáticas e cotidianas dessas armas de fogo na vida – e na morte – da população.

Como foi possível verificar nos capítulos iniciais, de 1980 até 2014 morreram no Brasil **967.851 vítimas de disparo de arma de fogo**. Se esse número já é assustador, ainda mais impactante é verificar que **830.420 dessas mortes, isto é, 85,8% do total**, foram resultantes de agressão com intenção de matar: foram homicídios. O que resta, parece ser residual e vem diminuindo progressivamente com o tempo:

- **suicídios:** 37.953 vítimas = 3,9% do total;
- **acidentes:** 16.010 vítimas = 1,7% do total;
- **intencionalidade indeterminada:** 83.468 vítimas = 8,6% do total.

São magnitudes tão absurdas e surreais que torna-se difícil dimensionar seu significado, fuge a nosso entendimento e experiência. Temos, para dar um exemplo, que a AIDS, causada pelo malfadado vírus da imunodeficiência humana (HIV), matou 12.534 pessoas no ano de 2014²⁶. É um número que revela uma situação preocupante, dando origem, justificadamente, a inúmeras campanhas, programas, mecanismos de prevenção, proteção e/ou tratamento. Mas este outro flagelo, o das armas de fogo, que nesse mesmo ano matou um total de 44.861 pessoas – quase **quatro vezes mais** que a AIDS – pouca ou nenhuma atenção parece merecer. No máximo, discursos preocupados e/ou políticas pontuais, contingenciadas tanto na sua cobertura e incidência, quanto no seu financiamento, continuidade e centralidade.

²⁵ O conceito se popularizou após ser usado e denunciado por ninguém menos que o presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, ele mesmo um militar. Eisenhower, em seu discurso de final de mandato em 1961, alertava o país sobre os riscos e perigos desse poder nefasto: “temos que proteger as estruturas de governo da influência injustificada [...] do complexo militar-industrial. O potencial para a ascensão desastrosa desse poder existe e vai persistir. Nunca devemos permitir que essa combinação coloque em perigo nossas liberdades ou os processos democráticos”.

²⁶ SIM/DATASUS/MS. Consultado em 13/04/2016.

Não podemos deixar de mencionar que essas 44.861 mortes, em 2014, representam **123 vítimas de arma de fogo a cada dia do ano, cinco óbitos a cada hora**. Número bem maior do que temos notícia de grandes chacinas e cruentos atentados pelo mundo, como os acontecidos na Palestina, ou no Iraque, ou na Bélgica em março do corrente ano, quando morrem, nos atentados, 31 vítimas. Ainda pior: praticamente, temos, a cada dia, o equivalente aos massacres de Paris de novembro de 2015, quando morrem 137 pessoas, incluindo sete dos agressores. Nosso número diário de mortes por arma de fogo é maior que o resultado do massacre do Carandiru²⁷, ocorrido em outubro de 1992, fato de grande repercussão nacional e internacional. Embora esse nosso número de mortes diárias por armas de fogo represente mais do que um massacre do Carandiru por dia, não provoca o mesmo forte impacto emocional, seja nacional, seja internacional; pelo contrário: discute-se hoje ampliar ainda mais a circulação de armas de fogo no país.

O Brasil, sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos, consegue a façanha de vitimar, por armas de fogo, mais cidadãos do que muitos dos conflitos armados contemporâneos, como a guerra da Chechênia, a do Golfo, as várias intifadas, as guerrilhas colombianas ou a guerra de liberação de Angola e Moçambique, ou, ainda, uma longa série de conflitos armados acontecidos já no presente século e que tivemos oportunidade de expor em Mapas anteriores.

Ainda no contexto internacional, analisando os dados correspondentes a 100 países para os quais contamos com informações fidedignas, o Brasil, com uma taxa de 20,7 óbitos por armas de fogo por 100 mil habitantes, ocupa o décimo lugar, atrás de países como Honduras, El Salvador, Venezuela, Guatemala e Colômbia, com enorme carga de violência. Mas essa taxa fica muito longe quando comparadas a países como Polônia (taxa de 0,1), Reino Unido ou Hong Kong (0,0), que deveríamos tomar como referência.

Temos que apontar que a posição do Brasil nas estatísticas internacionais já foi bem pior. Em nossos primeiros trabalhos sobre o tema²⁸, com uma taxa semelhante à atual, de 20,7 óbitos por AF por cada 100 mil habitantes, para o ano de 2004, o país ocupava o segundo lugar no contexto internacional.

²⁷ Uma rebelião na Casa de Detenção do Complexo do Carandiru, na zona norte de São Paulo, originou a intervenção das forças policiais, que deixou um saldo de 111 mortes, segundo dados oficiais. Esse fato ficou conhecido internacionalmente como “Massacre do Carandiru”.

²⁸ WAISELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2006. Os Jovens do Brasil*. Brasília, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2006. *Mortes Matadas por Armas de Fogo de 2005*, já referenciado.

Em 1980, nossa taxa de mortalidade por armas de fogo era de 7,3 por 100 mil; em 2003 (ano imediatamente anterior à entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento), era de 22,2 por 100 mil, praticamente idêntica à de 2014, de 22,4 por 100 mil. Essa evidência reafirma nossa conclusão: as políticas de desarmamento conseguiram soffrear o crescimento descontrolado da mortalidade por AF imperante, até essa data, no país.

Preocupa, também, a constatação da crescente utilização mortífera das armas de fogo no país:

- em 1980, 70,1% das mortes por arma de fogo eram homicídios. Em 2014, essa participação cresce para 94,3%, isto é, aumenta drasticamente a especialização das armas de fogo utilizadas para assassinar o próximo;
- esse processo alavancou o pesado aumento de nossos homicídios: de 5,1 homicídios por 100 mil habitantes em 1980, pulamos 21,2 por 100 mil em 2014.

Esses índices refletem a situação global do país. Desagregando os dados de homicídios por arma de fogo para as UFs e, ainda mais, para os municípios, o panorama apresenta-se bem mais complexo e diversificado:

- em 2014, três UFs ultrapassam a casa dos 40 óbitos por AF para cada 100 mil habitantes: Ceará e Sergipe, além de Alagoas, que ostenta a pesada marca de 56,1 HAF por 100 mil habitantes;
- nesse mesmo ano, apenas três estados: Santa Catarina, São Paulo e Roraima apresentam taxas abaixo dos 10 óbitos por AF para cada 100 mil habitantes;
- como já explicado, entre 2004 e 2014, as taxas permaneceram praticamente estagnadas. O crescimento da taxa nacional, na década, foi relativamente baixo: 11,1%, mas com situações extremas, bastante diversificadas:
 - seis unidades apresentaram quedas bem significativas em alguns casos, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, locais onde os índices na década regridem para perto da metade;

- em outros estados, como Rio Grande do Norte e Maranhão, o crescimento foi pesado, mais que quadruplicando as taxas no período.
- nas capitais, observa-se uma distribuição semelhante, mas com maiores níveis de virulência;
- mas são nos municípios que se registram situações extremas mais dramáticas. Se a taxa nacional de homicídios por AF, em 2014, foi de 21,2 por 100 mil habitantes, temos municípios que quintuplicam essa taxa, como Mata de São João, na Bahia; ou Murici, em Alagoas, ultrapassando a casa dos 100 HAF por 100 mil habitantes, com marcas insustentáveis.

Característica marcante dos HAF é a elevada masculinidade de suas vítimas: 94,4% das vítimas, em 2014, foram homens; além de ceifar a vida, de forma preferencial, da juventude: em 2014, os jovens de 15 a 29 anos representavam, aproximadamente, 26% da população do país, mas essa faixa é responsável por 60% das vítimas dos HAF acontecidos nesse ano.

Ainda mais perversa e preocupante é a seletividade racial dos HAF, além de sua tendência crescente. Entre 2003 e 2014, as taxas de HAF de brancos caem 27,1%, de 14,5, em 2003, para 10,6, em 2014; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 9,9%: de 24,9 para 27,4. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo.

Além da herança do passado colonial e escravocrata, outros fatores podem ser mencionados na tentativa de explicar essa crescente seletividade racial da violência homicida. Em primeiro lugar, a progressiva privatização do aparelho de segurança. Como tem acontecido com outros serviços públicos, como a saúde, a educação e, mais recentemente, a Previdência Social, o Estado vai, progressivamente, se limitar a oferecer, para o conjunto da população, um mínimo – e muitas vezes nem isso – de acesso aos serviços e benefícios sociais considerados básicos. Para os setores com condições financeiras, estruturam-se serviços privados de qualidade adequada. Com a segurança vem ocorrendo esse mesmo processo, de forma acelerada, nos últimos anos: quem tem condições econômicas, paga um serviço privado. E a pesquisa domiciliar do IBGE, de 2011, é clara ao delinear quem pode e quem não pode ter acesso a esses serviços: as famílias negras tinham uma renda média de R\$ 1.978,30, em valores de

2011, e as brancas, de R\$ 3.465,30, isto é, 75,2% a mais. Em teoria, os setores e áreas mais abastados, geralmente brancos, têm uma dupla segurança: a pública e a privada; enquanto as menos abastadas, a das periferias, predominantemente negros, têm de se contentar com o mínimo de segurança que o Estado oferece.

Um segundo fator adiciona-se e complementa o anterior: a segurança, a saúde, a educação, etc., áreas que formam parte do jogo político-eleitoral e da disputa partidária. As ações e a cobertura da segurança pública distribuem-se de forma inteiramente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia, que reage de forma bem diferenciada de acordo com o *status* social e econômico das vítimas. Como resultado, os recursos públicos de proteção são canalizados, preferentemente, para as áreas mais abastadas, com predominância de população branca, que ostentam os benefícios de dupla segurança, pública e privada; enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, não são atendidas por nenhuma das duas.

Utilizando técnicas quase-experimentais foi possível verificar que as políticas de controle das armas de fogo, sancionadas em 2004, permitiram evitar um total de **133.987 homicídios** por AF. Várias centenas de estudos científicos, realizados por instituições prestigiosas em diversos lugares do planeta, corroboram as conclusões do presente Mapa da Violência. Armas matam. Mais armas matam mais.

Referências Bibliográficas

CAMPBELL, D.T. e STANLEY, J.C. *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1979.

DREYFUS, P; NASCIMENTO, M.S. Small Arms Holdings in Brazil: Toward a Comprehensive Mapping of Guns and Their Owners. FERNANDES, R. ed. *Brazil: The Arms and the Victims*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Viva Rio/ISER, 2005.

MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

PETRUCCELLI, J.L. *A declaração de cor/raça no censo 2000. Um estudo Comparativo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

RAMOS de SOUZA et. al. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. *INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Rio de Janeiro*, v. 2, n. 1, jan./jun, 1996.

SIM/DATASUS/MS. *O Sistema de Informações sobre Mortalidade*. S/I, 1995.

Small Arms Survey. Graduate Institute of International and Development Studies. Genebra, 2015.

UNESCO. *Vidas poupadas: o impacto do desarmamento no Brasil*. Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139949por.pdf>>.

WASELFISZ, J.J. *Mortes matadas por armas de fogo: 1979/2003*. Brasília, UNESCO, 2005.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2006. Os Jovens do Brasil*. Brasília, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2006

WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2011. Os Jovens do Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2013: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2013.